

Relatório Anual de Informações 2021

Planos de benefícios da





APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Informações (resumido) de cada plano administrado atende às exigências da boa governança corporativa, da transparência e da legislação estabelecidas na Resolução CNPC nº 34/2019. O Relatório completo encontra-se disponível no portal da Ceres, no endereço www.ceres.org.br.

O objetivo do documento é apresentar aos patrocinadores, participantes e assistidos de cada plano patrocinado as principais realizações, as demonstrações patrimoniais, a política e o demonstrativo de investimentos, os respectivos resultados, as demonstrações contábeis, acompanhadas dos pareceres atuariais, dos auditores independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. Espera-se, dessa forma, racionalizar a divulgação das informações fundamentadas na legislação em vigor com foco nos resultados de maior impacto nos planos de benefícios.

Os números apresentados neste Relatório de Atividades 2021 mostram aos participantes em fase contributiva que seus benefícios estão assegurados e aos assistidos a tranquilidade de que continuarão a ter, todos os meses, as suas suplementações efetuadas.

Além disso, ratificam às empresas patrocinadoras, que a decisão de instituírem planos de previdência complementar e confiarem sua gestão à Ceres foi uma ótima estratégia de valorização e preservação do capital humano.



SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2021	5
MENSAGEM DA DIRETORIA Erro! Indicador não defin	nido.
MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO Erro! Indicador não defin	nido.
MENSAGEM DO CONSELHO FISCALErro! Indicador não defin	nido.
DESTAQUES DO ANO	6
CONTEXTO ORGANIZACIONAL	11
PLANOS DE BENEFÍCIOS	15
POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA	16
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB) . 16
GESTÃO DO PASSIVO EM 2021	16
AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021	17
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	19
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)	20
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS	20
SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	20
METAS E ÍNDICES	20
GESTÃO DOS RISCOS	20
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS	22
PLANO EPAMIG BÁSICO	22
SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAMIG	30
INVESTIMENTOS DOS PLANOS	31
ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	31
PLANO EPAMIG BÁSICO	31
PLANO EPAMIG SALDADO	31
PLANO EPAMIG FLEXCERES	32
RESULTADOS EM 2021	33
RENDA FIXA	33
RENDA VARIÁVEL	34
ESTRUTURADOS	34
IMOBILIÁRIO	35
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	
EXTERIOR	37
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO	38
COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAMIG FLEXCERES	39
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	40



DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS	41
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	42
ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	44
ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	47
ANEXO 4 – PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMON CONTÁBEIS	
ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL	58
ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APRON DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS	61



COMPOSIÇÃO DA CERES EM 2021

Patrocinadores

















Instituidores





Conselho Deliberativo

Bruno do Santos Alves Figueiredo Brasil (Presidente)

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Raimundo Alves de Araújo

Raimundo Braga Sobrinho

Úrsula Maria Ludwig Moraes

Walter Diniz Gusmão Machado

Conselho Fiscal

Emídio Casagrande (Presidente)

Claudio Augusto Bortolini

José Eden de Medeiros

Jonas Pereira do Espírito Santo

Diretoria Executiva

José Roberto Rodrigues Peres (Diretor Superintendente)

José João Reis (Diretor de Investimentos)

Washington Luiz de Carvalho e Silva (Diretor de Seguridade)



MENSAGEM DA DIRETORIA

Podemos considerar 2021 como o 'ano da colheita' para a Ceres, em que os projetos aos quais nos dedicamos em 2019 e 2020 deram os tão esperados frutos.

Continuamos avançando na implantação da gestão por processos. Finalizamos o ano com doze processos automatizados dentro da ferramenta de gestão documental (SeSuite), monitorando o estado de cada atividade, aumentando a eficiência e a qualidade das entregas.

Mantivemos a frequência de encontros virtuais entre a Diretoria Executiva da Ceres com as equipes, grupos de trabalho, órgãos de controle e parceiros. Além de possibilitar o aprimoramento de aspectos operacionais e de sistema, as reuniões virtuais estimularam a criação de projetos temáticos estruturantes e Grupos de Trabalho por meio dos quais implementamos melhorias na governança e na gestão da Ceres.

Concluímos o estudo de transformação dos planos CV em planos CD; aprimoramos o nosso ALM; melhoramos as condições de concessão de empréstimos aos participantes e assistidos; iniciamos a campanha de atualização cadastral com vistas à construção de um cadastro mais fidedigno para a Ceres; promovemos diversas campanhas, com destaque para a Trilha de Educação Financeira realizada em parceria com a XP Investimentos e a XPEED e implementamos duas excelentes novidades no plano Família Ceres: a melhoria da jornada de adesão e o programa de cashback.

Em relação aos investimentos, as previsões dos analistas do mercado financeiro para 2021 eram as melhores possíveis. No entanto, o que se viu e como todos acompanharam, estas previsões não se concretizaram. Lamentavelmente, o ano foi marcado por fatores conjunturais negativos no mercado financeiro que impactaram a rentabilidade dos planos de benefícios. Mesmo assim, a equipe da Diretoria de Investimentos trabalhou fortemente para buscar os melhores resultados para os participantes, minimizando o impacto do cenário adverso. No consolidado, os investimentos apresentaram rentabilidade de 5,96%. O resultado da grande maioria dos planos foi satisfatório. Considerando o ajuste de precificação, os planos tiveram superávit acumulado de R\$ 520 milhões. Dos 18 planos administrados pela Ceres, excetuando o plano da Embrater, cinco apresentaram resultados negativos, mas, ainda assim, como demonstram as informações contidas neste Relatório, mantiveram a capacidade de honrar seus compromissos junto aos participantes e assistidos.



MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

O ano de 2021 foi de muitos desafios e transformações. Assim como o exercício de 2020, foi marcado pela pandemia da Covid-19. No entanto, com medidas adotadas em resposta à pandemia, obtivemos resultados positivos no que se refere aos indicadores de governança, solidez, capacidade de transformação e de superação.

Ainda que, diante de um cenário desfavorável, nos mantivemos estimulados e alinhados com o propósito e missão da Fundação Ceres, de assegurar proteção previdenciária para os nossos cerca de mais de 20 mil associados. Que depositam toda confiança neste Conselho.

Entendemos que é nosso papel fundamental sermos transparentes perante nossos patrocinadores, participantes, assistidos, assim como um todo, disponibilizando informações em quantidade e qualidade suficientes para o entendimento claro sobre a forma com que conduzimos nossas decisões.

Em 2021, o Conselho Deliberativo se reuniu 13 vezes. Ao longo do exercício, o Colegiado analisou e deliberou pautas importantes. Entre as principais pautas estão a aprovação do Relatório Anual de Informações; Plano de Trabalho; Demonstrações contábeis; Planos de custeios; Política de Investimentos; Alteração estatutária; Novo Código de Conduta Ética; Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal.

A Fundação atingiu um novo patamar com os resultados alcançados em 2021 e, no próximo ano, queremos manter a entrega desses resultados consistentes. Vamos trabalhar incansavelmente a favor dos nossos beneficiários e participantes sempre com o foco na proteção previdenciária presente e futura.

Encerramos 2021 com avanços significativos que serão alicerces para a Fundação Ceres se tornar cada vez mais competitiva, eficiente e sólida. Agradecemos a todos pela confiança em nosso trabalho. Os aprendizados serão fundamentais para construirmos um futuro melhor.



MENSAGEM DO CONSELHO FISCAL

A exemplo de 2020, o ano de 2021 foi mais um que ficou marcado pela pandemia da Covid-19. Novamente, fomos colocados à prova e vivemos momentos desafiadores. No entanto, mesmo em um cenário tão adverso, buscamos novas oportunidades que fizeram com que, mais uma vez, esse Colegiado trabalhasse intensamente para cumprir a sua missão de monitorar a gestão econômico-financeira e administrativa da Fundação.

Durante o ano, este Conselho elaborou relatórios sobre as demonstrações contábeis que atestaram a suficiência e a qualidade dos controles internos referentes à gestão dos ativos e passivos e à execução orçamentária dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

O monitoramento realizado mensalmente pelo Conselho Fiscal, cujas informações podem ser acompanhadas neste Relatório, demonstra que a Ceres caminha conforme o seu propósito de honrar seu compromisso previdenciário e garantir o futuro dos nossos clientes - os participantes e assistidos, que depositaram nas nossas mãos o sonho de uma aposentadoria tranquila e sem imprevistos. Esses são alguns dos resultados de nosso trabalho.

Encerramos o ano com nossa missão cumprida e cada vez mais engajados e comprometidos em fazer valer cada voto de confiança, que nos foi depositado pelos nossos patrocinadores, participantes e assistidos.



DESTAQUES DO ANO

2021, O ANO DA TRANSFORMAÇÃO

O ano de 2021 certamente ficará marcado na memória de todos nós, devido aos desafios. Apesar de todos os percalços e perdas que os acontecimentos trouxeram, para a Ceres 2021 foi um ano de evolução e crescimento.

CERES DIGITAL: MAIS SEGURANÇA, AGILIDADE E AUTONOMIA

A Transformação Digital está acontecendo em todas as empresas e no segmento de Previdência Complementar não é diferente. A Ceres e outras Fundações estão diante da necessidade de reinventar seus processos para torná-los mais digitalizados. O Projeto Ceres Digital nasceu em 2020, com o objetivo de promover a modernização do ambiente produtivo da Ceres, aumentar a eficiência na execução dos processos com consequente impacto na qualidade dos produtos e serviços da Fundação. Os maiores beneficiados serão os participantes e assistidos, que terão seus planos geridos com mais eficiência e transparência e acesso a informações e serviços de forma mais ágil, com melhor qualidade e maior autonomia.

Infraestrutura - Após a avaliação da infraestrutura de Tecnologia da Ceres, a Fundação vem implementando melhorias voltadas para a transformação digital e constante aprimoramento da segurança da informação. A rede está com 99,8% de disponibilidade, mesmo em casos graves como queda de energia, ação terrorista, desastre ambiental, entre outros, e a operação dos serviços está preparada para um volume maior de acessos, caso seja necessário. Gestão

Documental - A modernização da gestão documental permite que todos os processos de prestação de serviços aos participantes e assistidos (atendimento, solicitação de benefícios, concessão de empréstimos, atualização cadastral, entre outros) aconteçam de forma digital. A proposta é de que, num futuro próximo, todos esses processos possam ser solicitados e acompanhados online pelo participante. A primeira etapa já foi concluída, com a implementação do empréstimo online.

Prestação de Contas - Transparência é um dos pontos centrais do Ceres Digital. Por meio do aplicativo Power BI as informações da Fundação estarão disponibilizadas na internet em um painel de dados e será possível monitorar melhor a situação dos planos. O Power BI é um sistema inteligente que consolida os dados dos sistemas operacionais em painéis que mostram valores e indicadores dos objetivos de forma visual, facilitando a compreensão das informações. Trata-se de uma espécie de "Portal da Transparência" que permitirá à Ceres prestar contas sobre os planos de forma mais clara e acessível, por meio de recursos didáticos, como infográficos, tabelas e lâminas informativas.

Foco no cliente - O objetivo fim do Projeto Ceres Digital é a melhoria do relacionamento da Ceres com seus clientes internos e externos. Além de tudo o que está em andamento, nosso site também será modernizado, com foco na melhoria das funcionalidades da área restrita e estuda-se a implementação de inteligência artificial, com a adoção de chatbots para automatizar alguns atendimentos. As facilidades que estão sendo implementadas permitirão que os participantes e assistidos passem a ter mais autonomia para utilizar os serviços e buscar as informações que necessita.

Home Office, estamos colhendo os frutos da transformação digital

Ações implementadas permitiram que, em apenas 24 horas, a Ceres migrasse todas as suas atividades para execução remota, sem descontinuidade dos processos operacionais.



A Fundação Ceres, preocupada em contribuir com o controle da epidemia de Coronavírus e em proteger seus empregados, participantes e assistidos, adotou medidas internas de prevenção.

Desde o dia 18 de março, os colaboradores estão trabalhando em regime de home office. Isso foi possível devido à decisão da Diretoria Executiva da Entidade de investir fortemente em tecnologia e inovação. Essa decisão deu origem ao Projeto Ceres Digital iniciado na Ceres em dezembro/2018.

Segundo a Diretoria Executiva da Entidade, o projeto Ceres Digital tem permitido melhorar e modernizar significativamente o ambiente produtivo da Ceres. Todos os processos estão sendo digitalizados; foram adquiridos novos servidores em nuvem; novos aplicativos e sistemas que tem aumentado a qualidade e eficiência do trabalho dos nossos analistas.

As ações já implementadas no Ceres Digital permitiram que, em apenas 24 horas, a Ceres migrasse todas as suas atividades para execução remota, sem descontinuidade dos processos operacionais, mantendo a prestação de serviço com qualidade para nossos participantes, assistidos e fornecedores.



CONTEXTO ORGANIZACIONAL

A Ceres - Fundação de Seguridade Social é uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), sem fins lucrativos, multipatrocinada e gestora de multiplanos previdências, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal.

É constituída sob a forma de Fundação e tem por objetivo a gestão de planos de benefícios de caráter previdenciário aos empregados de oito patrocinadores englobando aproximadamente 20 mil participantes e assistidos.

Segue princípios e práticas da boa governança corporativa, controles internos e políticas específicas, buscando assegurar proteção previdenciária aos participantes e suas famílias, com qualidade, ética e transparência. Os membros dos órgãos estatutários e os funcionários são profissionais capacitados, experientes e dedicados, que praticam e prezam atributos calcados no profissionalismo, espírito de equipe, empreendedorismo e comprometimento. As práticas de governança fundamentam-se nos princípios da transparência, equidade, prestação de contas, cumprimento das leis e ética.

Em 2021, quando a Ceres completou 43 anos, os planos administrados pela Fundação contavam com 22.321 associados, sendo 13.100 (59%) participantes e 9.221 assistidos (41%). Todos os benefícios previstos em todos os planos de previdência foram honrados, com pagamento de aposentadorias complementares no valor de R\$ 473 milhões.

Nos últimos 20 anos (Gráfico 1), a Fundação Ceres já pagou aproximadamente R\$ 4,2 bilhões em benefícios.

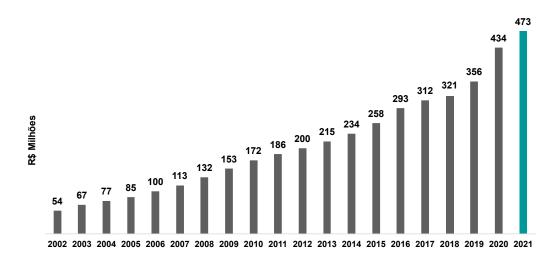


Gráfico 1: Evolução do montante pago em benefícios (2002 - 2021)



Atualmente, são administrados pela entidade 18 (dezoito) planos de benefícios, a saber:

Quadro 1: Plano de benefícios administrados em 2021.

Plano	СПРВ	Data Início	Modalidade
Embrapa Básico	1979.0004-92	ago-79	BD
Embrapa-FlexCeres	2007.0007-92	mai-07	CV
Embrater Básico	1979.0005-65	ago-79	BD
Ceres Básico	2007.0010-47	out-79	BD
Ceres-FlexCeres	2007.0008-65	dez-05	CV
Epagri Básico	1981.0001-19	jan-81	BD
Epagri-Flexceres	2005.0023-56	jul-05	CV
Epagri Saldado	2005.0022-83	jul-05	BD
Emater Básico	1982.0001-47	fev-82	BD
Emater-FlexCeres	2007.0026-47	nov-07	CV
Emater Saldado	2007.0025-74	nov-07	BD
Epamig Básico	1982.0008-56	mar-82	BD
Epamig-FlexCeres	2007.0033-92	jan-08	CV
Epamig Saldado	2007.0031-47	jan-08	BD
Cidasc FlexCeres	2009.0011-92	jan-10	CV
ABDI-FlexCeres	2013.0009-11	ago-13	CD
EmaterDF-FlexCeres	2014.0008-83	set-14	CV
Família Ceres	2018.0003-65	jun-18	CD

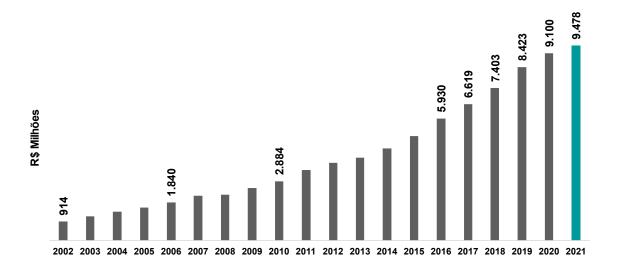
Legenda: BD - Benefício Definido; **CV** - Contribuição Variável; **CD** - Contribuição Definida.



PATRIMÔNIO TOTAL

De 2002 até dezembro de 2021, o patrimônio (ativo total¹) administrado pela Ceres cresceu mais de 1000%, passando de R\$ 914 milhões para R\$ 9,5 bilhões (Gráfico 2). Em 2021, a Fundação ocupava a 18ª posição no ranking dos maiores fundos de pensão do país, segundo a ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Gráfico 2: Evolução do valor dos ativos dos planos administrados pela Ceres (2001 - 2021)



13

¹ O Ativo total representa o conjunto de bens e direitos do plano, ou seja, é o montante financeiro de que o plano dispõe para pagar seus compromissos. Compreende especialmente os recursos investidos.



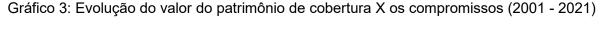
PATRIMÔNIO DE COBERTURA E OS COMPROMISSOS

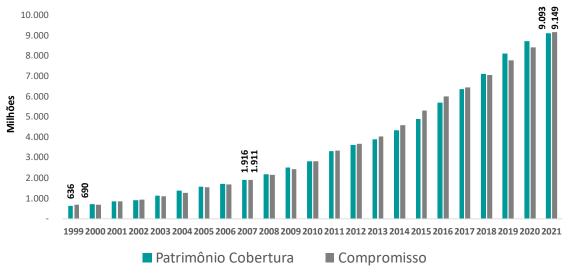
O gráfico 3, a seguir, apresenta a evolução histórica do patrimônio de cobertura comparada ao crescimento do compromisso nos últimos vinte anos, ou seja, de 1999 a 2020.

O patrimônio de cobertura é o conjunto dos recursos destinados à cobertura dos compromissos do plano, isto é, para fazer face ao pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

Os compromissos correspondem ao montante atual necessário para honrar o pagamento dos benefícios contratados pelos participantes e assistidos.

Ao confrontar, de forma consolidada, o patrimônio de cobertura dos planos e os respectivos compromissos, tem-se que o resultado ficou aquém do compromisso previdenciário em 55,2 milhões, sobretudo pela redução da taxa de juros atuarial. No entanto, quando considerado o ajuste de precificação, o resultado é positivo.







PLANOS DE BENEFÍCIOS

Um plano de benefícios é um conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais, mediante a formação de poupança advinda das contribuições dos patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos feitos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

A EPAMIG é patrocinadora de três planos com características distintas: dois de Benefício Definido (BD), um Básico e um Saldado, e um plano de Contribuição Variável (CV), o Epamig FlexCeres (Quadro 2).

Quadro 2: Principais características dos planos Básico, Saldado e FlexCeres.

Planos Básico e Saldado	Plano FlexCeres
Mesmo elenco de beneficiários	Mesmo elenco de beneficiários
Benefícios programados e de risco	Benefícios programados e de risco
Contribuições patronais de saldamento (plano Básico)	Contribuição patronal - limite de 7% dos salários de participação dos participantes
Plano de aposentadoria mutualista	Plano de aposentadoria individual
Benefício pré-definido (concedido e benefício saldado a conceder e corrigidos pelo INPC)	Meta de Benefício (depende do valor acumulado)
Não permite aumento do benefício, pois o limite é definido em função do salário de participação.	Permite aumento do benefício mediante contribuições/aportes extraordinários, inclusive portabilidade.
Benefício de risco = pré-definido e corrigido pelo INPC	Benefício de risco = baseado na meta programada
Benefício a partir de 15 anos de vinculação ao plano	Benefício a partir de 5 anos de vinculação ao plano
Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 44 anos de idade, desde que comprovada a rescisão do contrato de trabalho e aposentadoria pelo INSS.	Aposentadoria Programada antecipada a partir dos 55 anos de idade e rescisão do contrato de trabalho
Aposentadoria Programada e Risco: mediante rescisão contratual e Comprovação do INSS	Aposentadoria Programada = Rescisão contratual; Aposentadoria Risco = Rescisão de contrato + Comprovação aposentadoria INSS
Reajuste do benefício: INPC	Reajuste benefício: INPC.

Mais informações estão disponíveis no site da Ceres, no endereço www.ceres.org.br



POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA

A Política de Previdência, estabelece os princípios e diretrizes da gestão da seguridade e é referência para as ações e projetos a serem estabelecidos no período de 2021 a 2023.

Tem como objetivo geral orientar a formulação de estratégias para a melhor gestão dos planos de benefícios administrados pela Ceres, resguardando essencialmente aos participantes e assistidos dos planos, e aos seus beneficiários, a proteção previdenciária para os participantes ao se desvincularem da empresa patrocinadora ou se afastarem para tratamento da saúde, acidente, invalidez, reclusão ou morte, por meio das coberturas de auxílios, aposentadorias e pensão, sob a forma de pecúlio e rendas vitalícias, temporárias ou pagamento único.

A este objetivo geral subordinam-se os seguintes objetivos específicos:

- I. Assegurar a execução do contrato previdenciário na forma prevista nos regulamentos dos planos, de modo a preservar o direito dos participantes e assistidos, considerando os princípios de segurança, solvência, liquidez e transparência;
- II. Adotar boas práticas de governança corporativa com recomendações objetivas, garantindo a independência do processo de previdência por meio de decisões compartilhadas entre Grupo de Análise Preliminar de Seguridade (GAPS), Comitê de Seguridade (CS), Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal:
- III. Orientar as partes envolvidas na gestão de previdência, Ceres, Patrocinadores, Instituidores e Representantes dos planos, quanto às diretrizes da gestão previdencial necessárias para a condução dos trabalhos;
- IV. Aprimorar o relacionamento entre Patrocinadores, instituidores, Participantes, Assistidos, Empregados, Órgãos Estatutários e Órgãos Externos;
- V. Garantir a assertividade nas informações, apresentações e demonstrações da Ceres na gestão dos planos de benefícios, aos clientes internos e externos, mediante a utilização de recursos e sistemas de tecnologia digital.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (ARPB)

O Administrador Responsável pelos Planos de Benefícios - ARPB, profissional qualificado e responsável pela adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras aos planos e benefícios administrados pela Ceres, é o Diretor de Seguridade, Engenheiro Agrônomo Washington Luiz de Carvalho e Silva, habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Seguridade e ARPB.

GESTÃO DO PASSIVO EM 2021

A gestão do passivo atuarial tem como princípios a obediência às normas, a garantia do equilíbrio e solvência dos planos, o contínuo aprimoramento das metodologias adotadas e a supervisão do risco.

Uma ferramenta básica para a gestão do passivo dos planos é a avaliação atuarial, um estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano de previdência. Essa avaliação está alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis



econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial.

Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021

A avaliação atuarial se baseia em premissas para projetar os benefícios futuros dos atuais participantes e o custeio para financiar esses compromissos. Elas se dividem em econômico-financeiras, biométricas e demográficas.

As principais premissas utilizadas são:

Tábua de Mortalidade Geral: é uma hipótese utilizada para estimar a expectativa de vida dos participantes e assistidos, exceto aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento dos benefícios e, por consequência, no valor do compromisso dos benefícios de aposentadoria programada e das pensões. Quanto maior a expectativa de vida, maior será o custo do plano. Foi aprovada a tábua mais aderente à situação de cada plano.

Tábua de Mortalidade de Inválidos: é utilizada para estimar a expectativa de vida dos aposentados por invalidez, com reflexo na estimativa do tempo de pagamento da aposentadoria por invalidez e, por consequência, no valor do compromisso destes benefícios. Quanto maior a expectativa de vida maior será o custo do plano.

Tábua de Entrada em Invalidez: é utilizada para estimar a probabilidade de novas concessões de aposentadoria por invalidez e impacta no custo da aposentadoria por invalidez. Quanto maior a probabilidade de ocorrência de invalidez, maior será o custo do plano.

Fator de Capacidade de Salários e Benefícios: é uma hipótese utilizada para estimar o nível real dos compromissos dos planos, uma vez que os salários e benefícios ao longo do tempo são reajustados uma vez ao ano, mas a inflação ocorre mensalmente.

Taxa de Crescimento Real de Salários: é utilizada para projetar o salário do participante para a data de aposentadoria e estimar o valor da aposentadoria programada. Quanto maior a taxa de crescimento real, maior o valor do benefício projetado e, consequentemente, maior o custo do plano. Isso acontece somente para salários dos participantes que estão abaixo do teto do salário de participação.

Taxa Real de Juros: é utilizada como taxa de desconto para trazer ao valor de hoje, os compromissos dos planos de benefícios com seus participantes e assistidos.

Na avaliação atuarial de 2021, foram consideradas as normas estatutárias e regulamentares que regem o plano e a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs em vigor na data-base desta avaliação.

O Conselho Deliberativo aprovou, em dezembro de 2021, a atualização das hipóteses utilizadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Ceres. A decisão do Conselho teve por base o estudo de aderência das hipóteses atuariais, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios e pela Gerência de Estatística e Atuária, com o objetivo compatibilizar as hipóteses às características da massa de participantes de cada plano de benefícios



As premissas aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 2021 estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Premissas Atuariais.

	Plano				
Premissa Atuarial	Epamig Básico	Epamig Saldado	Epamig FlexCeres		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 83 Male & BR-EMSsb-v.2010 Female Male & Female				
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI-85 M&F				
Tábua de Entrada de Invalidez	TASA 1927				
Taxa Real de Juros	4,91% 4,53% 4,699				

Os resultados da avaliação atuarial dos planos estão apresentados no Parecer Atuarial, que está disponível no Anexo 7. Esse documento tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos em vigor na Fundação Ceres tem como base a Resolução nº 4.661/2021, do Conselho Monetário Nacional- CMN e suas alterações. É elaborada anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo antes do início do exercício a que se referir. Depois de aprovada, deve ser encaminhada à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

Na formulação da Política de Investimentos são considerados os critérios e preceitos do Manual de Governança Corporativa e Código de Ética da Ceres, dos Códigos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp e da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima, além de princípios e critérios de investimentos socialmente responsáveis.

A Política de Investimentos é orientada pelo passivo atuarial. Na aplicação e gestão dos recursos são consideradas a modalidade do plano de benefícios, suas especificidades e as características de suas obrigações. São adotadas regras, procedimentos e mecanismos de controles internos e de avaliação de riscos, observados o porte, a complexidade, a modalidade e a forma de gestão de cada um dos planos de benefícios, com vistas a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e o passivo atuarial de cada plano. É feito o acompanhamento contínuo e sistemático, gerenciando o risco e o retorno esperado dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicação, com uso de modelos e estratégias que visam reduzir riscos e maximizar a rentabilidade.

As diretrizes de investimentos foram estabelecidas com base em estudos de cenários macroeconômicos futuros e uso de ferramentas específicas. Os recursos foram alocados prioritariamente em empresas ou projetos socialmente responsáveis, ou seja, que criam valor para todos os envolvidos, de modo a garantir segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência ao patrimônio administrado, com base em critérios que definem claramente as margens de tolerância aos riscos e as restrições para os investimentos em diferentes categorias de ativos. A atividade é exercida com boa fé, lealdade e diligência. Os dirigentes zelam por elevados padrões éticos e adotam práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos participantes dos planos de benefícios.

Os procedimentos adotados objetivam assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja transparente, totalmente independente da decisão de um gestor específico e que as estratégias utilizadas na aplicação dos recursos valorizem as questões socioambientais e estimulem a governança corporativa. As decisões são tomadas por órgãos colegiados, formados pelo Grupo de Análise Preliminar de Investimentos - GAPI, pelo Comitê de Investimentos - CI e pela Diretoria Executiva. Além destes, existem também os Comitês Consultivos de Planos - CCPs em todos os patrocinadores, que atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos.

Os setores de investimentos considerados prioritários em 2021 foram aqueles relacionados a Infraestrutura, Logística e Transportes; Varejo e Consumo; Construção Civil; Finanças e Bens de Capital; Commodities (agrícolas, metálicas, petróleo e gás); Papel e celulose; Siderurgia. Independente do setor, empresas com grande potencial de geração de caixa e bom histórico de pagamento de dividendos são normalmente analisadas.

Para determinar a distribuição dos investimentos nos diferentes segmentos de aplicações foi utilizado o Asset Liability Management – ALM, um modelo de gestão cujo objetivo é compatibilizar aplicação dos recursos dos planos com a projeção de pagamento dos benefícios. A avaliação de qual metodologia



aplicar teve como base a análise da capacidade do plano de Benefício Definido em gerar superavit e do plano de Contribuição Definida em apresentar rentabilidade adequada para o risco incorrido.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado - AETQ responsável pela gestão dos investimentos é o Diretor de Investimentos, Advogado José João Reis. Profissional Certificado com ênfase em Administração e em Investimentos, com certificação outorgada pelo Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS. Profissional habilitado pela Previc para o exercício da função de Diretor de Investimentos e AETQ.

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Dentro da estrutura de gestão dos investimentos, é mantido um contrato para realização dos serviços de custódia com o Banco Bradesco S.A. e existem diferentes administradores e gestores nos vários segmentos de aplicação.

Para os 8 (oito) fundos de renda fixa e o fundo de renda variável, todos de gestão própria da Ceres. Além dos Fundos de Investimentos com gestão própria há 2 (dois) Fundos de Investimento em Ações, 18 (dezoito) Fundos de Investimento Estruturados e 4 (quatro) Fundos de Investimento Imobiliários, cuja gestão é terceirizada.

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO

Os segmentos de aplicação definidos para investimento em 2021 foram Renda Fixa, Renda Variável, Estruturados, Imobiliário e Operações com Participantes.

METAS E ÍNDICES

Na meta estimada de rentabilidade (INPC + taxa de juros) para 2021, foram consideradas as taxas de juros atuariais específicas para cada plano (Quadro 3) acrescida da variação anual medida pelo deflator INPC.

GESTÃO DOS RISCOS

Na Fundação Ceres existe uma estrutura de governança corporativa para assegurar que o processo de gestão dos investimentos seja seguro, transparente, participativo e independente da decisão de um único gestor, com o máximo de representatividade em todas as instâncias, garantindo a participação de representantes de todos os planos administrados, de seus patrocinadores, participantes e assistidos.

As metodologias utilizadas têm como base teorias e modelos consolidados, observadas as peculiaridades da previdência complementar, em especial as regras que regulam a gestão das entidades, com destaque para a Resolução CMN n°4.661/2021 e a Resolução CGPC n° 13/2004.

As decisões relevantes e que causam impacto na gestão da entidade ou dos planos de benefícios são debatidas por órgãos colegiados, como o Grupo de Análise Preliminar de Investimentos e o Comitê de Investimentos, para depois serem discutidas e aprovadas pela Diretoria Executiva. Além disso, os Comitês Consultivos de Planos de todos os patrocinadores atuam como órgãos auxiliares na discussão e elaboração da Política de Investimentos dos planos de benefícios.

A Gerência de Controles Internos e Gestão de Riscos - Gecor é a unidade funcional na estrutura da Fundação Ceres responsável pelo planejamento e coordenação das atividades de controles internos e



gestão de riscos. Visa garantir à proteção dos ativos dos planos, à promoção da eficiência operacional, à obtenção de informação precisa e confiável, à obediência e respeito às políticas da administração. São analisados sistematicamente os riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, sob os aspectos legal, operacional e sistêmico.



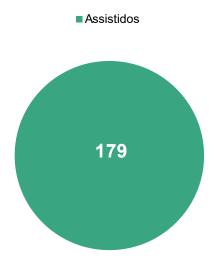
RESULTADOS POR PLANO E PRINCIPAIS NÚMEROS

PLANO EPAMIG BÁSICO

Número de participantes

O Plano Epamig Básico, fechado para novas adesões, detinha, em 2021, um total de 179 associados, sendo todos eles aposentados e pensionistas (Gráfico 4).

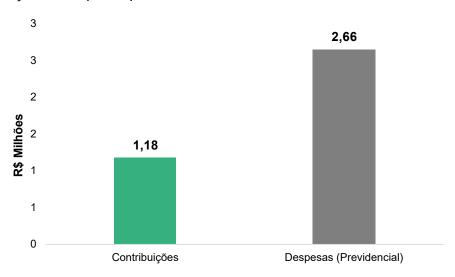
Gráfico 4: Quadro social - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2021, esses assistidos e sobretudo a patrocinadora contribuíram com R\$ 1,1 milhão. Foram pagos R\$ 2,7 milhões aos aposentados e pensionistas.

Gráfico 5: Contribuições e despesas previdenciárias - 2021





Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 35,68%, passando de R\$ 16,4 milhões em 2020 para R\$ 22,3 milhões, em 2021 (Quadro 04).

Esse crescimento decorreu sobretudo da reclassificação contábil, em atendimento à Instrução Normativa PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, em que os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado foram registrados no grupo "Operações Contratadas", no "Realizável Previdencial" do Ativo, que anteriormente estavam registrados no grupo "Provisões Matemáticas a Constituir" no Passivo.

Em 2021, do total de R\$ 16,4 milhões (73% do ativo total), R\$ 13,2 milhões (59% do ativo total) estavam investidos basicamente em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável com gestão própria e terceirizada.

Quadro 4: Evolução do Ativo e do Passivo – Plano Epamig Básico (2020/2021).

ATIVO	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
DISPONÍVEL	12	7	EXIGÍVEL OPERACIONAL	194	175
REALIZÁVEL	22.333	16.461	Gestão Previdencial	191	172
Gestão Previdencial	5.580	496	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	328	311	Investimentos	3	2
Investimentos	16.426	15.654	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	2
Títulos Públicos	1.625	0	Gestão Previdencial	0	0
Créditos Privados e Depósitos	0	0	Gestão Administrativa	0	0
Ações	0	0	Investimentos	9	2
Fundos de Investimentos	13.214	14.538	PATRIMÔNIO SOCIAL	22.142	16.292
Investimentos Imobiliários	1.357	900	Patrimônio de Cobertura do Plano	21.623	15.809
Empréstimos e Financiamentos I.	230	215	Provisões Matemáticas	22.073	15.428
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	22.073	21.253
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	0	0
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	5.825
Imobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(451)	381
			Resultados Realizados	(451)	381
			FUNDOS	519	483
			Fundos Previdenciais	0	0
			Fundos Administrativos		311
			Fundos dos Investimentos	191	172
TOTAL DO ATIVO	22.345	16.468	TOTAL DO PASSIVO	22.345	16.468

Os montantes investidos nos segmentos imobiliário, empréstimos e financiamentos com participantes e assistidos, representam 7,10% do ativo total.

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 22 milhões.

Em 2021, os fundos administrativos somaram R\$ 328 mil e os fundos de investimentos R\$ 191 mil.



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 5.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do plano Epamig Básico no ano de 2021 foi de 13,36%, tendo a meta atuarial (INPC + 5,05% a.a.) fechado em 15,72% no mesmo período.

Quadro 5: Resultados do plano em 2021

Resultado Contábil acumulado em 2020	380.603
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2021	-820.286
Resultado dos Investimentos em 2021	1.647.714
Contribuições Previdenciárias	1.184.758
Despesas Previdenciárias	-2.656.452
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-186.865
Resultado Contábil em 2021	-450.528
Ajuste de Precificação	623.423
Resultado Técnico Ajustado em 2021	172.895

O resultado técnico ajustado do plano Epamig Básico em 2021 foi positivo em R\$ 172 mil.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2020, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil. Dessa forma, o Resultado Técnico Ajustado refere-se ao Resultado Contábil.

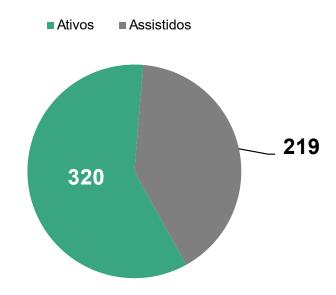


PLANO EPAMIG SALDADO

Número de participantes

O Plano Epamig Saldado, fechado para novas adesões, detinha, em 2021, um total de 539 associados, sendo 320 (59%) participantes e 219 (40%) assistidos - aposentados e pensionistas.

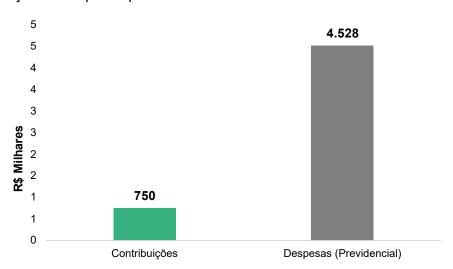
Gráfico 6: Quadro social - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2021, os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 750 mil. Foram pagos R\$ 4,5 milhões aos aposentados e pensionistas.

Gráfico 7: Contribuições e despesas previdenciárias - 2021





Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 4%, passando de R\$ 100 milhões em 2020 para R\$ 104 milhões em 2021 (Quadro 6).

Em 2021, do total de R\$ 102 milhões (98% do ativo total), R\$ 93 milhões (89% do ativo total) estavam investidos basicamente em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável com gestão própria e terceirizada.

Quadro 6: Evolução do Ativo e do Passivo - Plano Epamig Saldado (2020/2021).

,				R\$ I	Mil
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
DISPONÍVEL	7	1	EXIGÍVEL OPERACIONAL	30	25
REALIZÁVEL	100.652	94.656	.656 Gestão Previdencial		19
Gestão Previdencial	12	11	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	932	798	Investimentos	7	6
Investimentos	99.708	93.847	EXIGIVEL CONTINGENCIAL	4	5
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	4	5
Fundos de Investimentos	94.648	88.862	PATRIMÔNIO SOCIAL	100.625	94.628
Investimentos Imobiliários	2.692	2.745	Patrimônio de Cobertura do Plano	87.636	82.910
Empréstimos e Financiamentos I	2.367	2.239	Provisões Matemáticas	73.552	68.345
Depósitos Judiciais / Recursais	0	1	Benefícios Concedidos	50.848	15.001
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	22.704	53.344
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
lmobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	14.085	14.565
			Resultados Realizados	14.085	14.565
			FUNDOS	12.988	11.718
			Fundos Previdenciais	11.393	10.370
			Fundos Administrativos	932	798
			Fundos dos Investimentos	663	550
TOTAL DO ATIVO	100.659	94.657	TOTAL DO PASSIVO	100.659	94.657

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 56,7 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 24,6 milhões.

Em 2021, os fundos previdenciais somaram R\$ 12,2 milhões, os fundos administrativos R\$ 988 mil e os fundos de investimentos R\$ 721 mil.



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 7.

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 26. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 7,8 milhões dos compromissos previdenciários, valor superior ao resultado dos investimentos de R\$ 7,5 milhões.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do plano Epamig Saldado no ano de 2021 foi de 8,55%, tendo a meta atuarial (INPC + 4,74% a.a.) fechado em 15,38% no mesmo período.

Quadro 7: Resultados do plano em 2021

Resultado Contábil acumulado em 2019	14.564.598
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2020	-5.206.260
Resultado positivo dos Investimentos em 2020	8.937.696
Contribuições Previdenciárias	761.575
Despesas Previdenciárias	-3.428.967
Contingências de Benefícios	-1.022.797
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-521.102
Resultado Contábil em 2020	14.084.744
Ajuste de Precificação	6.758.970
Resultado Técnico Ajustado em 2020	14.084.744

O resultado técnico ajustado do plano Epamig Saldado em 2021 foi positivo em R\$ 8,5 milhões.

Nota: De acordo com a Instrução Previc nº 19/2015, artigo 10, e com base no entendimento expresso na Cartilha Abrapp de Precificação e Solvência da Comissão Ad-Hoc de Solvência de Planos, editada em abril de 2020, para os planos que apresentam Resultado Contábil Acumulado positivo o Ajuste de Precificação positivo não poderá ser somado ao Resultado Contábil. Dessa forma, o Resultado Técnico Ajustado refere-se ao Resultado Contábil.

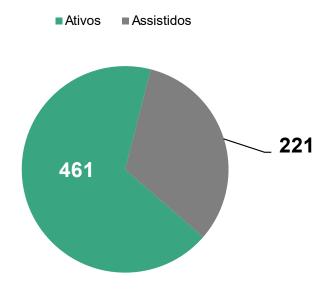


PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Número de participantes

O Plano Epamig-FlexCeres, aberto para novas adesões e em processo de acumulação de reservas, detinha, em 2021, um total de 682 associados, sendo 461 (67%) participantes e 221 (32%) assistidos - aposentados e pensionistas.

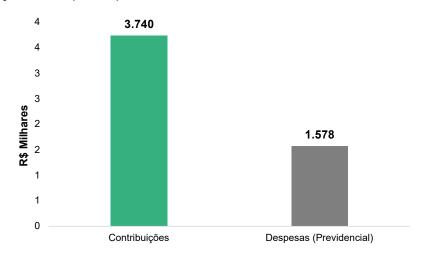
Gráfico 8: Quadro social - 2021



Contribuições e Despesas Previdenciárias

Em 2021, os participantes, os assistidos e a patrocinadora, contribuíram com R\$ 3,7 milhões. Com relação às despesas previdenciárias, R\$ 1,5 milhão foram destinadas ao pagamento de aposentadorias, pensões e auxílios doença, e ao pagamento de pecúlios, resgates de reserva de poupança e portabilidades.

Gráfico 9: Contribuições e despesas previdenciárias - 2021





Balanço Contábil do plano

O ativo do plano cresceu 2,8%, passando de R\$ 64 milhões em 2020 para R\$ 66 milhões em 2021 (Quadro 8).

Em 2021, do total de R\$ 65,9 milhões (100% do ativo total), R\$ 53 milhões (79% do ativo total) estavam investidos basicamente em fundos de investimentos de renda fixa e renda variável com gestão própria e terceirizada.

Quadro 8: Evolução do Ativo e do Passivo - Plano Epamig-FlexCeres (2020/2021).

				R\$	Mil
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
DISPONÍVEL	7	3	EXIGÍVEL OPERACIONAL	258	250
REALIZÁVEL	64.750	58.216	Gestão Previdencial	252	249
Gestão Previdencial	596	290	Gestão Administrativa	0	0
Gestão Administrativa	365	318	Investimentos	6	1
Investimentos	63.790	57.608	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	0	0
Títulos Públicos	0	0	Gestão Previdencial	0	0
Ações	0	0	Investimentos	0	0
Fundos de Investimentos	63.075	56.966	PATRIMÔNIO SOCIAL	64.500	57.969
Investimentos Imobiliários	0	0	Patrimônio de Cobertura do Plano	61.598	55.757
Empréstimos e Financiamentos I	715	641	Provisões Matemáticas	62.504	55.257
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	Benefícios Concedidos	18.609	7.757
Outros Realizáveis	0	0	Benefícios a Conceder	43.896	47.501
PERMANENTE	0	0	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0
lmobilizado	0	0	Equilíbrio Técnico	(906)	500
			Resultados Realizados	(906)	500
			FUNDOS	2.901	2.211
			Fundos Previdenciais	2.464	1.825
			Fundos Administrativos	365	318
			Fundos dos Investimentos	72	68
TOTAL DO ATIVO	64.758	58.219	TOTAL DO PASSIVO	64.758	58.219

Do lado do passivo, observa-se que o montante de benefícios concedidos em 2021 foi de R\$ 20,6 milhões e o montante de benefícios a conceder totalizou R\$ 46 milhões.

Em 2021, os fundos previdências totalizaram R\$ 1,3 milhão, os fundos administrativos somaram R\$ 385 mil e os fundos de investimentos R\$ 72 mil.



Resultados contábeis e econômicos do plano

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 9.

Os resultados contábeis e técnico ajustado estão apresentados no Quadro 28. Observa-se que ocorreu um crescimento de R\$ 4 milhões dos compromissos previdenciários, valor superior ao resultado dos investimentos.

A rentabilidade nominal da carteira de investimentos do Epamig-FlexCeres no ano de 2021 foi de 0,80%, tendo o índice de referência (INPC + 4,69% a.a.) fechado em 15,33% no mesmo período.

Quadro 9: Resultados do plano em 2021

Resultado Contábil acumulado em 2020	-905.988
Crescimento dos Compromissos Previdenciários em 2021	-4.097.508
Resultado dos Investimentos em 2021	-125.590
Contribuições Previdenciárias	3.740.098
Despesas Previdenciárias	-1.578.017
Constituição/Reversão de Fundos Previdenciais	1.190.717
Custeio administrativo (previdencial) e outros encargos	-180.564
Resultado Contábil em 2021	-1.956.852
Ajuste de Precificação	307.606
Resultado Técnico Ajustado em 2021	-1.649.246

O plano encerrou 2021 com resultado técnico ajustado negativo de R\$ 1,65 milhão.

SITUAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA DO PATROCINADOR EPAMIG

O patrocinador EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais está em dia com suas obrigações contratuais e não possui dívida com relação a serviços passados. As contribuições de responsabilidade da patrocinadora e aquelas que a empresa desconta dos salários dos participantes para os planos de benefícios estão sendo recolhidas dentro dos prazos legais.



INVESTIMENTOS DOS PLANOS

Foi mantida uma estratégia prudente e conservadora em aplicações mais tradicionais, tendo em vista as necessidades atuariais de cada plano administrado.

Foi priorizada a alocação em Renda Fixa devido à expectativa de taxas de juros dos títulos e valores mobiliários acima da meta atuarial e do índice de referência dos planos. No segmento renda variável houve um aumento de exposição. No segmento de operações com participantes a concessão de empréstimos simples foi realizada de acordo com a demanda dos participantes e assistidos.

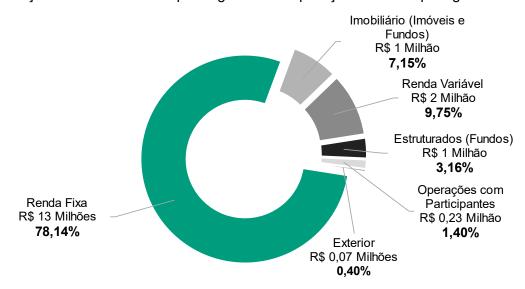
Com relação aos demais segmentos (estruturados e imobiliário) foram mantidas as aplicações.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

PLANO EPAMIG BÁSICO

Os recursos garantidores do plano Epamig Básico foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 78,14% do total dos investimentos, seguido das alocações em renda variável de 9,75%, imóveis com 7,15% do montante investido. Em investimentos estruturados foram alocados 3,16% do total investido, operações com participantes 1,40% e exterior 0,40%.

Gráfico 10: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação - Plano Epamig Básico



PLANO EPAMIG SALDADO

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 77,76% do total dos investimentos, seguido das alocações renda variável, com 14,60% do montante investido. No segmento imobiliário foram alocados 4,44% do total investido, em operações com participantes 1,47%, investimentos estruturados 1,30% e exterior 0,43%



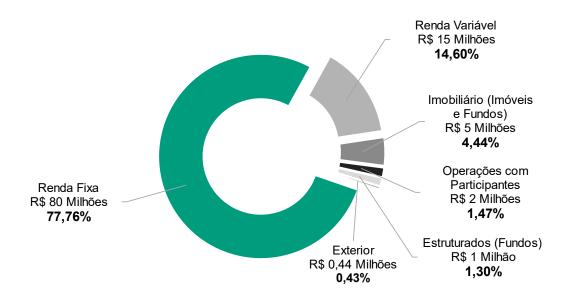
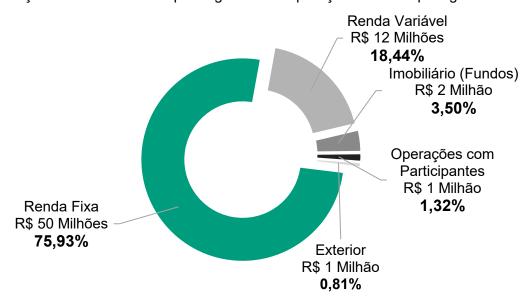


Gráfico 11: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação - Plano Epamig Saldado

PLANO EPAMIG FLEXCERES

Os recursos garantidores desse plano foram alocados basicamente em renda fixa, que representa 75,93% do total, seguido das alocações renda variável, com 18,44% do montante investido. No segmento imobiliário foram alocados 3,5% do total investido, em operações com participantes 1,32% e no exterior 0,81%. (Gráfico 12).

Gráfico 12: Alocação dos investimentos por segmento de aplicação - Plano Epamig-FlexCeres





RESULTADOS EM 2021

O comportamento dos indicadores econômicos no decorrer de 2021 foi caracterizado por um aumento da inflação, causada basicamente pela falta de oferta de matéria prima e dos produtos alimentícios que, como consequência, levaram ao aumento das taxas de juros adotada pelo Banco Central.

A taxa Selic encerrou 2021 em 9,25%, o IPCA foi de 10,06% e o INPC de 10,16%. O mercado acionário reagiu negativamente durante o ano, com o resultado negativo da Bolsa de Valores, medido pelo Índice Bovespa, que foi de 11,93%.

A seguir, estão apresentadas informações detalhadas por segmento de aplicação, como montantes alocados por tipo de ativo, entre outros.

RENDA FIXA

Do total do plano Epamig Básico investido em renda fixa, que soma R\$ 13,1 milhões, 97,89% foram alocados em títulos públicos e 2,12% em títulos privados (Quadro 10).

Ao final de 2021, o plano Epamig Saldado detinha R\$ 74,2 milhões investido no segmento de renda fixa, sendo a maior parcela (98,02%) alocada em títulos públicos (Quadro 10).

Dos recursos do plano Epamig FlexCeres investidos em renda fixa, 85,72% estão alocados em títulos públicos e 14,28% em títulos privados (Quadro 10). Em 2021, o montante total investido, nesse segmento, foi de R\$ 50,7 milhões.

Quadro 10: Composição dos ativos de renda fixa em 2021 (R\$).

Investimentos/Ativos	Epamig Básico	% sobre o Total Geral	Epamig Saldado	% sobre o Total Geral	Epamig FlexCeres	% sobre o Total Geral
NTN - B - Nota do Tesouro Nacional série B	9.985.002	75,68%	55.562.147	73,35%	36.262.378	71,50%
NTN - C - Nota do Tesouro Nacional série C	854.376	6,48%	5.247.650	6,93%	-	0,00%
LFT - Letra Financeira Tesouro	2.424	0,02%	49.350	0,07%	4.806.299	9,48%
LTN - O - Letra do Tesouro Nacional Over	1.298	0,01%	26.434	0,03%	29.649	0,06%
NTN - O - Nota do Tesouro Nacional Over	2.072.055	15,70%	13.358.556	17,64%	2.374.524	4,68%
Total - Títulos Públicos	12.915.155	97,89%	74.244.136	98,02%	43.472.849	85,72%
DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial	-	0,00%	-	0,00%	396.067	0,78%
CCI - Cédula de Crédito Imobiliário	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
CRI - Certificado de Recebíveis Imobiliários	68.610	0,52%	359.952	0,48%	95.913	0,19%
Debêntures	139	0,00%	9.909	0,01%	1.895.063	3,74%
Letra Financeira	174.465	1,32%	914.036	1,21%	4.065.161	8,02%
FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	36.003	0,27%	221.499	0,29%	791.583	1,56%
Total - Títulos Privados e Fundos	279.217	2,12%	1.505.396	1,99%	7.243.786	14,28%
Contas a Pagar/a Receber - (Fundos de Investimentos)	- 484	0,00%	- 1.979	0,00%	- 834	0,00%
Total Carel (Titulas Búblicas a Britandas)	40 400 000		75 747 550		50 745 004	
Total Geral - (Títulos Públicos e Privados)	13.193.888		75.747.553		50.715.801	



RENDA VARIÁVEL

Ao final de 2021, as aplicações dos planos patrocinados pela Epamig totalizaram R\$ 18 milhões, sendo aproximadamente R\$ 951 mil relativos ao plano Básico, R\$ 10,5 milhões ao plano Saldado e R\$ 6,6 milhões ao plano FlexCeres (Quadro 11).

Neste segmento, os investimentos são realizados por meio do Fundo de Investimento em Ações – FIA Agrociência, com gestão própria da Fundação Ceres e que concentra cerca de 100% dos recursos alocados em renda variável.

Os recursos investidos pelos planos, no Fundo Agrociência, estavam assim distribuídos:

Quadro 11: Composição e valor dos ativos de renda variável (gestão própria) em R\$.

Ação/Papel	Epamig Básico	% sobre o Total	Epamig Saldado	% sobre o Total	Epamig FlexCeres	% sobre o Total
FUNDO AGROCIÊNCIA	851.707	72,51%	9.451.877	62,88%	5.897.693	48,51%
OCEANA SERRA DA CAPIVARA FIA	56.035	4,77%	1.141.000	7,59%	1.279.799	10,53%
AGUAS EMENDADAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	52.804	4,50%	1.075.208	7,15%	1.206.004	9,92%
BURITIS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	41.751	3,55%	850.145	5,66%	953.563	7,84%
TIJUCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	35.143	2,99%	715.580	4,76%	802.628	6,60%
CHAPADA DOS VEADEIROS FIA	33.295	2,83%	677.959	4,51%	760.430	6,25%
IGUACU FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	31.171	2,65%	634.718	4,22%	711.930	5,86%
SMAL11	72.739	6,19%	485.491	3,23%	546.333	4,49%
Total	1.174.645	100,00%	15.031.977	100,00%	12.158.379	100,00%

ESTRUTURADOS

Em 2021, os investimentos neste segmento totalizaram R\$ 3,6 milhões, sendo R\$ 585 mil do plano Epamig Básico, R\$ 1,7 milhão do plano Epamig Saldado e R\$ 1,3 milhão do plano Epamig FlexCeres.

Os recursos estão alocados em até 15 (quinze) fundos de investimentos, sendo 5 (cinco) Fundos de Investimentos Multimercados – FIM, 8 (oito) Fundos de Investimentos em Participações - FIP e 1 (um) Fundo Mútuo de Investimentos em Empresas Emergentes – FMIEE. Esses fundos possuem gestão terceirizada e investem em diferentes setores da economia como agronegócio, tecnologia, alimentação, logística, entre outros. Ao final de 2021, a carteira dos fundos investidos e os respectivos gestores eram os seguintes (Quadro 12):



Quadro 12: Composição, gestores e montante fundos terceirizados (R\$).

Fundo	Gestor Externo	Epamig Básico	% sobre o Total Geral	Epamig Saldado	% sobre o Total Geral	Epamig FlexCeres	% sobre o Total Geral
FIM Ibiuna Hedge	Ibiúna Gestão	71.412	0,89%	169.040	9,31%	267.600	13,09%
FIM Garde Dumas	Gard Asset	47.084	0,58%	111.453	6,14%	176.436	8,63%
FIM Novus Capital	Novus Capital		0,00%		0,00%		0,00%
FIM Neo Mult Estratégia	Neo Gestão	78.260	0,97%	185.251	10,20%	293.263	14,34%
FIM Bahia Am Marau	Bahia Asset	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Total - FIM (Fundo de Inve	estimentos Multimercados)	196.756	2,44%	465.745	25,65%	737.299	36,06%
FIP Nordeste II	Vinci Partners	- 20.031	-0,25%	- 2.751	-0,15%	870.351	42,56%
FIP Investidores Institucionais III	Angra Patners Ltda	216.818	2,69%	29.779	1,64%	-	0,00%
FIP Inseed FIMA	Inseed Investimentos Ltda	800.629	9,93%	111.289	6,13%	32.482	1,59%
FIP DGF FICPAC 2	DGF Gestão de Fundos Ltda	646.942	8,02%	91.517	5,04%	29.614	1,45%
FIP Brasil Agronegócio	BRZ Investimentos Ltda	1.044.003	12,94%	143.389	7,90%	-	0,00%
FIP Caixa Incorporação Imobiliária	Caixa Econ. Federal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Empreendedor Brasil	BRZ Investimentos	1.416.767	17,57%	194.586	10,72%	-	0,00%
FIP Angra Infra	Angra Patners Ltda	1.710.426	21,21%	234.918	12,94%	-	0,00%
FIP BTG Infraestrutura II FIC	BTG Pactual Gestora Rec. Ltda	1.748.978	21,68%	243.111	13,39%	70.956	3,47%
Total - FIP (Fundos de Inves	stimentos em Participações)	7.868.706	97,56%	1.350.011	74,35%	1.307.576	63,94%
FMIEE Fipac Participações	DGF Gestão de Fundos Ltda		0,00%	-	0,00%		0,00%
Total - FMIEE (Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes)		0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total Geral (FII	M, FIP e FMIEE)	8.065.462		1.815.756		2.044.875	

IMOBILIÁRIO

Do total investido, do plano Epamig Básico, isto é, R\$ 1,3 milhões, 71% estavam alocados em imóveis, com R\$ 900 mil (Quadro 13), cuja gestão é própria da Ceres e o restante, 29%, perfazendo R\$ 377 mil, foram alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 14), da qual a gestão é terceirizada.

No tocante ao plano Epamig Saldado, ao final de 2021, R\$ 2,7 milhões estavam alocados em imóveis e R\$ 1,1 milhão em Fundos de Investimentos Imobiliários.

Os recursos investidos, neste segmento, relativos ao plano Epamig FlexCeres, totalizaram R\$ 46 mil e estavam alocados em Fundos de Investimentos Imobiliários (Quadro 14)

Quadro 13: Composição e valor dos ativos –imóveis - 2021.

Ativo/Local	Epamig	% sobre o	Epamig	% sobre o
Auvoreodai	Básico	Total	Saldado	Total
Shopping Center	686.088	75,89%	4.698.262	73,46%
Shopping Conjunto Nacional - DF	376.498	41,64%	1.564.496	24,46%
Shopping Center Recife - PE	309.590	34,24%	3.133.766	49,00%
Prédios Comerciais	218.006	24,11%	843.517	13,19%
Edifício José Guerra - SP	100.930	11,16%	485.076	7,58%
Edifício Cenesp Bloco "C" - SP	65.944	7,29%	203.392	3,18%
Edifício Cenesp Bloco "J" - SP	4.734	0,52%	26.774	0,42%
Edifício Ceres - DF	46.397	5,13%	128.276	2,01%
Salas Comerciais	0	0,00%	854.029	13,35%
Edifício Corporate Sala 303 - DF	0	0,00%	69.394	1,08%
Edifício Corporate Sala 304 - DF	0	0,00%	784.635	12,27%
TOTAL	904.094		6.395.808	



Quadro 14: Relação Fundos Imobiliários - 2021

Fundo	Gestor Externo	Epamig Básico	% sobre o Total Geral	Epamig Saldado	% sobre o Total Geral	Epamig FlexCeres	% sobre o Total Geral
FII RB Capital	RB Capital Investimentos Ltda	581	0,24%	2.000	0,82%	296	6,21%
FII Claritas Logística	Claritas Adm. de Recursos	5.062	2,07%	19.366	7,92%	4.466	93,79%
FII Hermes	Rio Bravo DTVM Ltda	84.326	34,50%	230.491	94,29%	0	0,00%
FII Projeto Água Branca	Coinvalores CCVM Ltda	154.477	63,19%	427.090	174,72%	0	0,00%
Total - FII (Fundo de	e Investimentos Imobiliários)	244.447	100,00%	678.947	277,75%	4.762	100,00%

OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

Essas operações de investimentos obedecem às modalidades e às regras de investimentos permitidas para as EFPC e cumprem os limites de patrimônio, parâmetros de rentabilidade e controle de riscos, de acordo com a legislação vigente.

Ao final de 2021, o montante alocado nesse segmento era de R\$ 230 mil no plano Epamig Básico, correspondente a 1,40% do total de recursos do plano, R\$ 2,4 milhões no plano Epamig Saldado (1,47% dos recursos investidos) e R\$ 1 milhão no plano Epamig FlexCeres, equivalente a 1,32% dos investimentos desse plano.

As quantidades e valores concedidos² nos últimos dois anos da carteira de empréstimos e os montantes da carteira de financiamento imobiliário estão apresentados nos Quadros 15 a 17.

Quadro 15: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epamig Básico).

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	215.432	229.972	6,75%
Quantidade de Contratos no final do exercício	39	32	-17,95%
Concessões de Emprestimos no período - R\$	195.407	313.580	60,48%
Quantidade de Concessões no período	19	23	21,05%

Quadro 16: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epamig Saldado).

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	2.367.202	1.333.344	-43,67%
Quantidade de Contratos no final do exercício	177	108	-38,98%
Concessões de Emprestimos no período - R\$	2.028.354	745.887	-63,23%
Quantidade de Concessões no período	95	28	-70,53%

² Os valores apresentados de "concessões de empréstimos no período" representam o total contratado pelo participante ou assistido, não representando necessariamente o montante de recursos liberado.



Quadro 17: Montante e nº de contratos no segmento de empréstimos simples (Plano Epamig FlexCeres).

Descrição	2020	2021	Variação (%)
Valor Total da Carteira	714.804	2.310.774	223,27%
Quantidade de Contratos no final do exercício	42	118	180,95%
Concessões de Emprestimos no período - R\$	640.245	2.690.688	320,26%
Quantidade de Concessões no período	22	128	481,82%

EXTERIOR

Observando a Política de Investimentos, em 2021, a Ceres iniciou as alocações de investimentos no Exterior, por meio de ETF (Exchange traded funds) que segue o S&P 500, principal índice acionário dos Estados Unidos.

Essa modalidade em expansão e com elevada liquidez, proporciona diversificação de riscos da carteira, além de aumentar a possibilidade de obter uma rentabilidade maior com uma carteira dolarizada.

Em 2021, essas aplicações tiveram rentabilidade acima da meta ou do índice de referência.

Investimento no Exterior	Epamig	% sobre o	Epamig	% sobre o	Epamig	% sobre o
	Básico	Total	Saldado	Total	FlexCeres	Total
IVVB11	66.344,56	100,00%	440.927,12	100,00%	531.050,04	100,00%

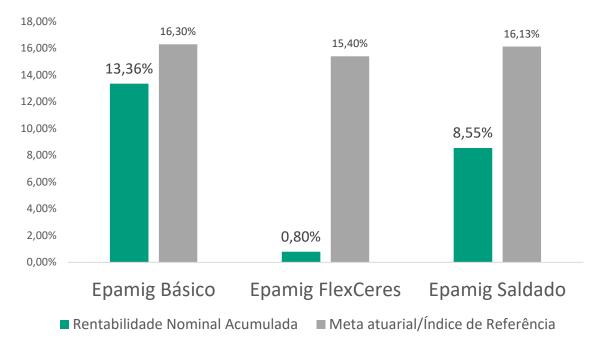


RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS POR PLANO

A política de investimentos é concebida considerando o passivo atuarial de cada plano de benefícios. Assim, a composição da carteira de investimentos e a rentabilidade não são iguais para todos os planos, pois cada um deles possui características específicas.

As rentabilidades dos planos patrocinados pela Embrapa estão demonstradas no gráfico, a seguir.

Gráfico 13: Rentabilidade dos investimentos dos planos.



No Anexo 1 "Demonstrativo de Investimentos", estão apresentadas as composições das carteiras de investimentos de cada plano de benefícios.

O resumo da Política de Investimentos adotada para 2021, por plano de benefícios, pode ser verificado no Anexo 2.



COTA PATRIMONIAL DO PLANO EPAMIG FLEXCERES

Nos planos de Contribuição Variável (CV) os valores líquidos das contribuições são utilizados para a aquisição de cotas patrimoniais dos planos.

A cota patrimonial (valor contábil) é uma fração do patrimônio do plano, atualizada pela variação mensal do valor do ativo patrimonial do plano e é utilizada para atualizar mensalmente o saldo de contas dos participantes dos planos FlexCeres.

Isso permite que seja apurado o valor da participação individual de cada participante no patrimônio total de cada plano de benefícios.

Nesta metodologia utiliza-se os rendimentos mensais dos investimentos, deduzindo os valores destinados à constituição dos fundos previdenciais, que servem para cobertura dos benefícios de risco, e do custeio administrativo. São utilizados os valores dos balancetes mensais dos registros contábeis.

Por outro lado, a rentabilidade dos investimentos de cada plano administrado é apurada por meio do método da Taxa Interna de Retorno (TIR)³.

Ao longo de 2021, não houve crescimento no valor nominal das cotas em função da conjuntura econômica que verificou queda na bolsa e aumento da taxa de juros. (Quadro 18).

Quadro 18: Variação da cota patrimonial - Plano FlexCeres - 2021.

Plano	Valor da Cota R\$	Valor da Cota R\$	Variação da Cota
	Dezembro/2020	Dezembro/2021	Patrimonial
Epamig FlexCeres	3,68346228	3,67820547	-0,14%

-

³ A Taxa Interna de Retorno (TIR) é a taxa única equivalente que resume a rentabilidade de todos os valores que são investidos ou recebidos ao longo do tempo.



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas, necessárias para o funcionamento da Fundação Ceres na gestão dos planos de benefícios, estão divididas em despesas relativas à gestão previdencial e à gestão de investimentos.

Essas despesas são contabilizadas no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Em 2021, as despesas administrativas totalizaram R\$ 32,2 milhões, representando uma variação de 10,33% em relação a 2020, como pode ser observado no quadro abaixo.

Quadro 19: Despesas administrativas consolidada – 2020/2021 – (R\$).

Rubricas	2021	2020	Variação %	Média Ponderada
Pessoal e Encargos	24.789.378	23.071.156	7,45%	5,34%
Treinamentos/Congressos e Seminários	312.532	214.139	45,95%	0,31%
Viagens e Estadias	16.300	53.006	-69,25%	-0,11%
Serviços de Terceiros	4.303.273	3.358.812	28,12%	2,93%
Auditoria Contábil	52.000	91.000	-42,86%	-0,12%
Consultoria de Investimentos	170.570	158.981	7,29%	0,04%
Consultoria Jurídica	214.560	138.260	55,19%	0,24%
Consultoria Gestão/Planejamento	871.966	688.312	26,68%	0,57%
Consultoria Recursos Humanos	6.651	8.568	-22,38%	-0,01%
Consultoria Informática	2.732.812	2.045.900	33,58%	2,13%
Consultoria Atuarial	240.713	227.381	5,86%	0,04%
Consultoria Contábil	14.000	-	-	-
Pessoa Física	-	410	-100,00%	0,00%
Despesas Gerais	2.736.629	2.816.831	-2,85%	-0,25%
Depreciações e Amortizações	420.813	260.536	61,52%	0,50%
Tributos	2.859.927	2.406.212	18,86%	1,41%
Total das Despesas Administrativas	35.438.852	32.180.693	10,12%	

A título de comparação, caso a gestão fosse feita por uma empresa privada ao custo de, no mínimo, o correspondente a 1,0% do valor total do patrimônio administrado, que em 2021 foi de R\$ 9,1 bilhões, essas despesas seriam da ordem de R\$ 91 milhões.

Com a gestão própria, o valor real das despesas administrativas da Ceres ficou em 35% do que seria o custo máximo para fazer gestão dos planos de benefícios.

No quadro seguinte (Quadro 20), estão apresentadas as despesas administrativas correspondentes a cada plano de benefícios.



Quadro 20: Despesas administrativas por plano – 2021 – (R\$).

Plano	Pessoal e Encargos	Treinamentos/C ongressos e Seminários	Viagens e Estadias	Serviços de Terceiros	Despesas Gerais	Depreciações e Amortizações	Tributos	Total
Epamig Básico	261.964	3.303	172	45.475	28.920	4.447	30.222	374.503
Epamig Saldado	379.629	4.786	250	65.901	41.909	6.444	43.797	542.717
Epamig FlexCeres	183.506	2.314	121	31.855	20.258	3.115	21.171	262.340

DESPESAS ESPECÍFICAS DE INVESTIMENTOS

As despesas específicas de investimentos são destinadas ao custeio dos fundos de investimentos e são formadas pela taxa de administração, taxas de custódia e controladoria, entre outras.

Essas despesas são contabilizadas diretamente nos planos de benefícios e nos fundos de investimentos, não sendo relacionadas às despesas contabilizadas no PGA.

No Quadro 21, seguinte, estão apresentadas detalhadamente as despesas de investimentos de 2020 e de 2021.

Quadro 21: Despesas específicas de investimentos consolidada – 2020/2021 – (R\$).

Rubricas	2021	2020	Variação %
Custódia	837.577	665.273	25,90%
Controladoria	726.428	661.311	9,85%
Taxa Cetip/Selic	1.580.688	1.127.078	40,25%
Taxa Bovespa	42.658	15.834	169,41%
Honorários/ Consultorias de Investimentos	308.266	240.726	28,06%
Custas Judiciais - Investimentos	5.258	-	-
Taxa de Administração dos Fundos de Investimentos Exclusivos	598.497	465.791	28,49%
Taxa CVM	407.603	364.130	11,94%
Taxa Anbima	48.985	41.752	17,33%
Auditoria	359.187	49.351	627,82%
Corretagem	902.895	166.074	443,67%
Tarifas e Outros (Cartório e Emolumentos)	419	2.061	-79,66%
Total das Despesas	5.818.461	3.799.381	53,14%

No quadro seguinte, estão apresentadas as despesas de investimentos correspondentes a cada plano de benefícios.

Quadro 22: Despesas específicas de investimentos por plano – 2021 – (R\$).

Plano	Custodia	Taxa de Controladoria	Taxa Cetip/Selic	Taxa Bovespa	Honorários/ Consultorias de Investimentos	Custas Judiciais - Investimentos	(Filindos/	Taxa CVM	Taxa ANBIMA	Auditoria	Corretagem	Tarifas	TOTAL
Epamig Básico	26.151	1.219	45.383	1.571	1.762	0	60.415	35.805	4.633	7.377	622	26	184.962
Epamig Saldado	2.166	7.939	10.253	289	800	0	7.796	3.412	559	1.526	8.217	1	42.957
Epamig FlexCeres	6.314	5 2 1 3	12.026	529	729	0	8 451	3 713	448	1 448	6 559	4	45,434



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

Resumo do Demonstrativo de Investimentos - Plano Epamig Básico

	20:	20	20:	21	Limites	Limites
ltem	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Máximos Res. CMN 4.661/2018	Máximos Política de Investimentos
Renda Fixa	12.625.356	80,64%	12.834.901	78,14%	100,00%	100,00%
Renda Variável	950.662	6,07%	1.174.644	7,16%	70,00%	20,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	1.277.838	8,16%	1.601.480	9,76%	20,00%	13,00%
Estruturados (Fundos)	584.763	3,73%	518.269	3,16%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	215.432	1,38%	229.972	1,40%	15,00%	5,00%
Exterior	-	0,00%	66.345	0,40%	10,00%	5,00%
Total dos Recursos Investidos	15.654.051	100%	16.425.611	100%		
Disponível	6.760	0,04%	11.818	0,07%		
Outros Realizáveis	49	0,000%	-	0,000%		
Outras Exigibilidades	- 3.668	-0,02%	- 31.109	-0,19%		
Total dos Recursos Garantidores	15.657.191	100%	16.406.321	100%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epamig Saldado

	20:	20	20:	21	Limites	Limites
ltem	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Máximos Res. CMN 4.661/2018	Máximos Política de Investimentos
Renda Fixa	81.340.021	81,58%	80.050.253	77,76%	100,00%	100,00%
Renda Variável	10.545.938	10,58%	15.031.977	14,60%	70,00%	20,00%
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	3.788.862	3,80%	4.575.751	4,45%	20,00%	10,00%
Estruturados (Fundos)	1.665.756	1,67%	1.511.584	1,47%	20,00%	10,00%
Operações com Participantes	2.367.202	2,37%	1.333.344	1,30%	15,00%	5,00%
Exterior	-	0,00%	440.927	0,43%	10,00%	10,00%
Total dos Recursos Investidos	99.707.779	100%	102.943.835	100%		
Disponível	7.416	0,01%	14.039	0,01%		
Outros Realizáveis	135	0,00%	-	0,00%		
Outras Exigibilidades	- 11.310	-0,01%	- 31.109	-0,03%		
Total dos Recursos Garantidores	99.704.021	100%	102.926.766	100%		

Resumo do Demonstrativo de Investimentos – Plano Epamig-FlexCeres



	20:	20	20:	21	Limites	Limites	
ltem	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Valor R\$	% sobre Recursos Garantidores	Máximos Res. CMN 4.661/2018	Máximos Política de Investimentos	
Renda Fixa	55.175.029	86,49%	50.062.839	75,92%	100,00%	100,00%	
Renda Variável	6.580.706	10,32%	12.158.380	18,44%	70,00%	20,00%	
Estruturados (Fundos)	1.273.312	2,00%	870.350	1,32%	20,00%	9,00%	
Operações com Participantes	714.804	1,12%	2.310.774	3,51%	15,00%	5,00%	
Imobiliário (Imóveis e Fundos)	46.126	0,07%	4.762	0,01%	20,00%	5,00%	
Exterior	-	0,00%	531.050	0,81%	10,00%	10,00%	
Total dos Recursos Investidos	63.789.978	100%	65.938.155	100%			
Disponível	7.183	0,011%	18.937	0,03%			
Outras Exigibilidades	- 5.814	-0,009%	- 31.109	-0,05%			
Total dos Recursos Garantidores	63.791.347	100%	65.925.983	100%			



ANEXO 2 - RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

EPAMIG BÁSICO

Segmento	Atual¹	Limites sobre RG ²				
-		Inferior	Objetivo	Superior	Legal ³	
Renda Fixa	80,34%	60,00%	73,76%	100,00%	100,00%	
I. Títulos Públicos:	75,57%	60,00%	-	100,00%	100,00%	
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	75,57%	0,00%	-	100,00%	-	
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos	0,00%	0,00%	-	100,00%		
II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras:	4,47%	0,00%	-	80,00%	80,00%	
Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen:	2,42%	0,00%	-	80,00%	-	
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	2,42%	0,00%	-	80,00%	-	
DPGEs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
Poupança	0,00%	0,00%	-	80,00%	-	
Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras:	2,05%	0,00%	-	80,00%	-	
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-	
Debêntures	2,05%	0,00%	-	80,00%	-	
NCEs e CCEs	0,00%	0,00%	-	80,00%	-	
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	80,00%	-	
Cotas de fundos de investimento de índice RF	0,00%	0,00%	-	80,00%		
III. Outras classes de ativos de renda fixa:	0,25%	0,00%	-	20,00%	20,00%	
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
Debêntures - Lei 12.431	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB	0,25%	0,00%	-	20,00%	-	
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	0,25%	0,00%	-	20,00%	-	
CCBs e CCCBs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
Demais ativos ⁴	0,00%	0,00%	-	20,00%	-	
IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III:	4,72%	0,00%	_	80,00%	80,00%	
V. Ativos transitórios RF	0,00%	0,00%	-	-	-	
VI. Caixa e Disponível	0,36%	0,00%	-	-	-	
VII. Provisões, despesas e passivos	-0,31%	0,00%	-	-	-	
VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	0,00%	-	-	-	
Renda Variável	7,21%	0,00%	12,84%	20,00%	70,00%	
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial	7,06%	0,00%	-	20,00%	70,00%	
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial	0,15%	0,00%	-	20,00%	50,00%	
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%	
Ouro físico	0,00%	0,00%	-	3,00%	3,00%	
Opções	0,00%	0,00%	-	-	-	
Estruturado	3,24%	0,00%	2,40%	12,00%	20,00%	
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP	2,01%	0,00%	-	5,00%	15,00%	
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM	1,23%	0,00%	-	8,00%	15,00%	
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	-	10,00%	15,00%	
Certificado de Operações Estruturadas - COE	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%	
Imobiliário	7,51%	0,00%	6,41%	20,00%	20,00%	
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII	1,58%	0,00%	-	5,00%	-	
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	0,27%	0,00%	-	5,00%	-	
Células de crédito imobiliário - CCI	0,00%	0,00%	-	5,00%	-	
Imóveis ⁵	5,66%	0,00%	_	5,00%	-	
Exterior	0,40%	0,00%	3,30%	10,00%	10,00%	
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-	
Cotas de fundos de índice do exterior	0,40%	0,00%	_	10,00%	-	
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) ⁶	0,00%	0.00%	_	10,00%	_	
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior"	0.00%	0,00%	_	10,00%	_	
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível l	0,00%	0,00%	_	10,00%	_	
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1"	0,00%	0,00%	_	10,00%	-	
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais	0,00%	0,00%		10,00%	-	
Ativos transitórios Exterior	0,00%	0,00%	_	10,00%	[
Operações com Participantes	1,30%	0,00%	1,29%	5,00%	15,00%	
Empréstimo Simples	1,30%	,	1,2370	5,00%	13,00%	
Financiamento ⁷	0,00%	0,00%	-		-	
			_	_		

¹ Posição: 30/09/2021

² RG: Recursos Garantidores do plano.

 $^{^{\}rm 3}$ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

⁴ Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN n° 4.661/2018.

⁵ A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.



EPAMIG SALDADO

Segmento	Atual ¹		Limites s		
-		Inferior	Objetivo	Superior	Legal ³
Renda Fixa	78,27%	60,00%	73,76%	100,00%	100,00%
. Títulos Públicos:	73,76%	60,00%	-	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	73,76%	0,00%	-	100,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos	0,00%	0,00%	-	100,00%	-
I. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras:	4,24%	0,00%	-	80,00%	80,00%
Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen:	2,26%	0,00%	-	80,00%	-
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	2,26%	0,00%	-	80,00%	-
DPGEs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Poupança	0,00%	0,00%	_	80,00%	_
Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras:	1,98%	0,00%	_	80,00%	_
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	_	80,00%	_
Debêntures	1,98%	0,00%	_	80,00%	_
NCEs e CCEs	0,00%	0,00%	_	80,00%	_
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	_	80.00%	_
Cotas de fundos de investimento de índice RF	0,00%	0,00%	_	80,00%	_
II. Outras classes de ativos de renda fixa:	0,00%	0,00%	_	20,00%	20,00%
			-		20,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Debêntures - Lei 12.431	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB	0,24%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	0,24%	0,00%	-	20,00%	-
CCBs e CCCBs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	_
Demais ativos ⁴	0.00%	0.00%	_	20.00%	_
V. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III:	4,48%	0,00%	_	80,00%	80,00%
V. Ativos transitórios RF	0,00%	0,00%	_	80,0076	00,0076
V. Advos dansitorios RF VI. Caixa e Disponível			-	-	
·	0,33%	0,00%	-	-	-
VII. Provisões, despesas e passivos	-0,30%	0,00%	-	-	-
VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	0,00%	40.040/	- 20 000/	70.000/
Renda Variável	14,55%	0,00%	12,84%	20,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial	14,08%	0,00%	-	20,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial	0,47%	0,00%	-	20,00%	50,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Ouro físico	0,00%	0,00%	-	3,00%	3,00%
Opções	0,00%	0,00%	-	-	-
Estruturado	1,49%	0,00%	2,40%	10,00%	20,00%
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP	1,03%	0,00%	-	5,00%	15,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM	0,46%	0,00%	-	8,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	-	10,00%	15,00%
Certificado de Operações Estruturadas - COE	0,00%	0,00%	_	10,00%	10,00%
mobiliário	3,58%	0,00%	6,41%	10,00%	20,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII	0,69%	0,00%	-	5,00%	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	0,23%	0,00%	_	5,00%	_
Células de crédito imobiliário - CCI	0,00%	0,00%	_	5,00%	_
lmóveis ⁵	2,66%	0,00%	2 200/	5,00%	40.000/
Exterior	0,42%	0,00%	3,30%	10,00%	10,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos de índice do exterior	0,42%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) ⁶	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior"	0,00%	0,00%	-	10,00%	_
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível l	0,00%	0,00%	_	10,00%	_
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1"	0,00%	0,00%	_	10,00%	_
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais	0,00%	0,00%	_	10,00%	_
Ativos transitórios Exterior			_		-
	0,00%	0,00%	4 200/	10,00%	45 000
Operações com Participantes	1,69%	0,00%	1,29%	5,00%	15,00%
Empréstimo Simples	1,69%	0,00%	-	5,00%	-
Financiamento ⁷	0,00%	0,00%	-	-	-

² RG: Recursos Garantidores do plano.
³ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

<sup>Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN nº 4.661/2018.

A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.</sup>

⁷ Carteira fechada para novas concessões.



EPAMIG FLEX

Segmento	Atual ¹			obre RG ²	
-		Inferior	Objetivo	Superior	Legal³
Renda Fixa	76,62%	60,00%	74,17%	100,00%	100,00%
I. Títulos Públicos:	64,78%	60,00%	-	100,00%	100,00%
Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	64,78%	0,00%	-	100,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF títulos públicos	0,00%	0,00%	-	100,00%	-
II. Instituições Financeiras, Companhias de capital aberto e Securitizadoras:	10,41%	0,00%	-	80,00%	80,00%
Instituições Financeiras autorizadas pelo Bacen:	6,77%	0,00%	-	80,00%	-
CDBs, RDBs, LFs, LHs, LCIs e LCAs	6,18%	0,00%	-	80,00%	-
DPGEs	0,59%	0,00%	-	20,00%	-
Poupança	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Ativos financeiros de Sociedade por Ações de capital aberto e Securitizadoras:	3,64%	0,00%	-	80,00%	-
LHs, LCIs e LCAs Debêntures	0,00% 3,64%	0,00%	-	80,00% 80,00%	-
NCEs e CCEs	0.00%	0,00%	-		_
			_	80,00%	_
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	80,00%	-
Cotas de fundos de investimento de índice RF	0,00%	0,00%	_	80,00%	-
III. Outras classes de ativos de renda fixa:	1,40%	0,00%	-	20,00%	20,00%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Ativos financeiros de RF de inst. financeiras não bancárias e cooperativas de crédito	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
LHs, LCIs e LCAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Notas Promissórias	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Debêntures - Lei 12.431	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de FI e cotas de FIC em direitos creditórios - FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB	1,40%	0,00%	-	20,00%	-
Cotas de classe de fundos e cotas de FICs em direitos creditórios - FIDCs e FICFIDC	1,40%	0,00%	-	20,00%	-
CCBs e CCCBs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
CPRs, CRAs, CDCAs e WAs	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
Demais ativos ⁴	0,00%	0,00%	-	20,00%	-
IV. Conjunto de ativos financeiros listados nos itens II e III:	11,81%	0,00%	-	80,00%	80,00%
V. Ativos transitórios RF	0,00%	0,00%	-	-	-
VI. Caixa e Disponível	0,64%	0,00%	-	-	-
VII. Provisões, despesas e passivos	-0,61%	0,00%	-	-	-
VIII. Operações a termo, opções de renda fixa e swaps	0,00%	0,00%	-	-	-
Renda Variável	18,52%	0,00%	12,33%	30,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento especial	17,68%	0,00%	-	30,00%	70,00%
Ações e cotas de fundos de índice negociadas em segmento não especial	0,83%	0,00%	-	30,00%	50,00%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível II e III	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Ouro físico	0,00%	0,00%	-	3,00%	3,00%
Opções	0,01%	0,00%	-	-	-
Estruturado	1,34%	0,00%	2,67%	12,00%	20,00%
Cotas de fundos de investimento em participações - FIP	0,21%	0,00%	-	5,00%	15,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como multimercado - FIM e FICFIM	1,13%	0,00%	-	8,00%	15,00%
Cotas de fundos de investimento classificados como Ações - Mercado de Acesso	0,00%	0,00%	-	10,00%	15,00%
Certificado de Operações Estruturadas - COE	0,00%	0,00%	-	10,00%	10,00%
Imobiliário	0,15%	0,00%	5,90%	10,00%	20,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs de investimento imobiliário - FII e FICFII	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	0,15%	0,00%	-	5,00%	-
Células de crédito imobiliário - CCI	0,00%	0,00%	-	5,00%	-
Imóveis ⁵	0,00%	0,00%	-	5,00%	_
Exterior	0,78%	0,00%	2,68%	10,00%	10,00%
Cotas de fundos e cotas de FICs classificados como "Renda Fixa - Dívida Externa"	0,00%	0,00%	-	10,00%	-
Cotas de fundos de índice do exterior	0,78%	0,00%	-	10,00%	_
Cotas de fundos com sufixo "Investimento no Exterior" (mín. 67%) ⁶	0.00%	0.00%	_	10.00%	_
Cotas de fundos com sufixo "investimento no Exterior" (min. 67 %)	0,00%	0,00%	_	10,00%	_
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificadas como nível l	0,00%	0.00%		10,00%	
	0,00%	0,00%	_	10,00%	_
	0,00%	0,00%	_	10,00%	_
			_		-
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais		0.000/			
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais Ativos transitórios Exterior	0,00%	0,00%	2.050/	10,00%	45 000
Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais Ativos transitórios Exterior Operações com Participantes	0,00% 2,59%	0,00%	2,25%	5,00%	15,00%
Cotas dos fundos da classe "Ações - BDR Nível 1" Ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos locais Ativos transitórios Exterior Operações com Participantes Empréstimo Simples Financiamento ⁷	0,00%		2,25% -		15,00%

² RG: Recursos Garantidores do plano.

 $^{^{\}rm 3}$ Limite regulamentar CMN n° 4.661, de 25 de maio de 2018.

Demais ativos: representa os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen, conforme previsto na CMN n° 4.661/2018.

5. A Fundação pode manter investimentos em imóveis em até doze anos, a contar de 29/05/2018.

⁶ Exposição de, no mínimo, 67% do seu PL em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

⁷ Carteira fechada para novas concessões.



ANEXO 3 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data.

O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões.

Os modelos das Demonstrações Contábeis, consolidadas e por plano, a serem apresentados, consoante com o Anexo B, da Resolução CNPC nº 08 de 2011, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado);
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada (Consolidada);
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefícios;
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefícios; e
- Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefícios.



Balanço Patrimonial				
		R\$ Mil		
ATIVO	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
DISPONÍVEL	1.134	841	0,01%	35%
	-	-		
REALIZÁVEL	9.475.611	9.097.387	99,98%	4%
GESTÃO PREVIDENCIAL	185.668	132.538	1,96%	40%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	11.887	11.921	0,13%	0%
INVESTIMENTOS	9.278.056	8.952.928	97,89%	4%
TÍTULOS PÚBLICOS	792.932	-	8,37%	0%
ATIVO FIN. CRÉDITO PRIVADO	9.287	-	0,10%	0%
AÇÕES	-	-	0,00%	0%
FUNDOS DE INVESTIMENTO	8.100.211	8.672.608	85,46%	-7%
DERIVATIVOS	-	-	0,00%	0%
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	286.293	196.923	3,02%	45%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	89.061	83.156	0,94%	7%
DEPOSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	267	235	0,00%	14%
OUTROS REALIZÁVEIS	5	6	0,00%	-17%
	-	-		
	-			
PERMANENTE	1.110	1.413	0,01%	-21%
IMOBILIZADO	764	867	0,01%	-12%
INTANGÎVEL	346	546	0,00%	-37%

PASSIVO	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2020	Partic. % no Patrimônio	Var. (%)
EXIGIVEL OPERACIONAL	161.143	145.734	1,70%	11%
GESTÃO PREVIDENCIAL	156.960	142.016	1,66%	11%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.706	3.045	0,04%	22%
INVESTIMENTOS	477	673	0,01%	-29%
	-	-		
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	14.147	11.122	0,15%	27%
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.493	870	0,02%	72%
GESTÃO ADMINISTRATIVA	9.722	9.722	0,10%	0%
INVESTIMENTOS	2.932	530	0,03%	453%
	-	-		
PATRIMÔNIO SOCIAL	9.302.565	8.942.785	98,15%	4%
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	9.093.475	8.725.928	95,94%	4%
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.148.694	8.403.711	96,53%	9%
BENEFICIOS CONCEDIDOS	4.704.934	4.187.815	49,64%	12%
BENEFÍCIOS A CONCEDER	4.630.882	4.516.433	48,86%	3%
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CON	187.122	300.537	1,97%	-38%
	-	-		
EQUILÍBRIO TÉCNICO	(55.219)	322.217	-0,58%	-117%
RESULTADOS REALIZADOS	(55.219)	322.217	-0,58%	-117%
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	177.825	322.217	1,88%	-45%
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	233.044	471.460	2,46%	-51%
	-	-		
FUNDOS	209.090	216.857	2,21%	-4%
FUNDOS PREVIDENCIAIS	131.114	143.449	1,38%	-9%
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	48.782	46.114	0,51%	6%
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	29.194	27.294	0,31%	7%
	-			
TOTAL DO PASSIVO	9.477.855	9.099.641	100%	



Demonstrações Contábeis - Plano Epamig Básico

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig Básico

R\$ Mi

	R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)	
1. Ativos	22.345	16.468	35,68%	
Disponível	12	7	74,83%	
Recebível	5.907	496	1091,21%	
Investimentos	16.426	15.654	4,93%	
Títulos Públicos	1.625	0	0,00%	
Fundos de Investimentos	13.214	14.538	-9,11%	
Investimentos Imobiliários	1.357	900	50,71%	
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	230	215	6,75%	
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	-100,00%	
2. Obrigações	203	176	15,24%	
Operacional	194	175	10,93%	
Contingencial	9	2	504,84%	
3. Fundos Não Previdenciais	519	483	7,39%	
Fundos Administrativos	328	311	5,20%	
Fundos dos Investimentos	191	172	11,35%	
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	21.623	15.809	36,78%	
Provisões Matemáticas	22.073	15.428	43,07%	
Superávit/Déficit Técnico	(451)	381	-218,37%	
Fundos Previdenciais	0	0	0,00%	
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	173	381	-54,57%	
a) Equilíbrio Técnico	(451)	381	-218,37%	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	623	623	0,00%	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	173	381	-54,57%	



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig Básico

R\$	Mil
-:-	I е.

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	15.808	14.929	5,89%
1. Adições	2.832	3.545	-20,10%
(+) Contribuições Previdenciais	1.185	1.879	-36,95%
(+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.648	1.668	-1,20%
2. Destinações	2.843	2.667	6,62%
(-) Benefícios	2.625	2.489	5,46%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0	-1	100,00%
(-) Custeio Administrativo	187	179	4,35%
(+) Outras Destinações	31	0	100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	-11	880	-101,23%
(+/-) Provisões Matemáticas	820	842	-2,63%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-831	38	-2315,51%
4.Operações Transitórias	5.825	0	100,00%
(+/-) Operações Transitórias	5.825	0	100,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	21.622	15.808	36,78%
C) Fundos Não Previdenciais	347	483	-28,18%
(+/-) Fundos Administrativos	328	311	5,20%
(+/-) Fundos Investimentos	20	172	-88,65%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig Básico

R\$ Mil

	14 1111			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	22.017	15.258	44,29%	
1. Provisões Matemáticas	22.073	14.586	51,33%	
1.1. Benefícios concedidos	22.073	21.349	3,39%	
Benefício definido	22.073	21.349	3,39%	
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	0	6.763	-100,00%	
(-) Déficit equacionado	0	6.763	-100,00%	
(-) Patrocinador(es)	0	6.763	-100,00%	
2. Equilíbrio Técnico	(451)	343	-231,32%	
2.1. Resultados realizados	(451)	343	-231,32%	
Superávit técnico acumulado	0	343	-100,00%	
Reserva de contingência	0	343	-100,00%	
3. Fundos	191	148	29,79%	
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	191	148	29,79%	
4. Exigível Operacional	194	179	8,19%	
4.1. Gestão previdencial	191	179	6,92%	
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	3	0	807,75%	
5. Exigível Contingencial	9	3	195,76%	
5.1 Gestão previdencial	0	1	0,00%	
5.2 Gestão investimentos	9	2	0,00%	



Demonstrações Contábeis – Plano Epamig Saldado

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig Saldado R\$ Mil

	R\$ Mil			
Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)	
1. Ativos	104.697	100.659	4,01%	
Disponível	14	7	89,31%	
Recebível	1.739	12	14992,71%	
Investimentos	102.944	99.708	3,25%	
Títulos Públicos	4.172	0	0,00%	
Fundos de Investimentos	93.542	94.648	-1,17%	
Investimentos Imobiliários	3.897	2.692	44,73%	
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	1.333	2.367	-43,67%	
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	-100,00%	
2. Obrigações	805	34	2244,46%	
Operacional	780	30	2490,14%	
Contingencial	26	4	504,84%	
3. Fundos Não Previdenciais	1.709	1.595	7,12%	
Fundos Administrativos	988	932	5,99%	
Fundos dos Investimentos	721	663	8,70%	
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	102.183	99.029	3,18%	
Provisões Matemáticas	81.422	73.552	10,70%	
Superávit/Déficit Técnico	8.504	14.085	-39,62%	
Fundos Previdenciais	12.257	11.393	0,00%	
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	8.504	14.085	-39,62%	
a) Equilíbrio Técnico	8.504	14.085	-39,62%	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	8.465	8.465	0,00%	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	8.504	14.085	-39,62%	



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig Saldado

R\$	М	
ĽΦ		

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	99.029	93.280	6,16%
1. Adições	8.112	9.699	-16,36%
(+) Contribuições Previdenciais	750	762	-1,48%
(+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial	7.362	8.938	-17,63%
2. Destinações	4.959	3.950	25,54%
(-) Benefícios	4.526	3.429	31,99%
(-) Resgate	2	0	100,00%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	0	0	100,00%
(-) Custeio Administrativo	431	521	-17,20%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	3.153	16.119	-80,44%
(+/-) Provisões Matemáticas	7.870	5.206	51,17%
(+/-) Fundos Previdenciais	864	11.393	-92,42%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-5.581	-480	1063,04%
4.Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	102.183	99.029	3,18%
C) Fundos Não Previdenciais	1.046	1.595	-34,46%
(+/-) Fundos Administrativos	988	932	5,99%
(+/-) Fundos Investimentos	58	663	-91,30%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig Saldado

R\$ Mil

Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
103.709	93.859	10,49%
81.422	68.345	19,13%
56.795	15.001	278,59%
56.795	15.001	278,59%
24.627	53.344	-53,83%
24.418	53.111	-54,02%
8.504	14.565	-41,61%
8.504	14.565	-41,61%
8.504	14.565	-41,61%
8.504	14.565	-41,61%
12.978	10.920	18,85%
12.257	10.370	18,19%
721	550	31,18%
780	25	3029,52%
776	19	4028,70%
4	6	-37,47%
26	5	450,88%
0	0	0,00%
26	5	450,88%
	Exercício 2021 103.709 81.422 56.795 56.795 24.627 24.418 8.504 8.504 8.504 12.978 12.257 721 780 776 4 26	2021 2020 103.709 93.859 81.422 68.345 56.795 15.001 56.795 15.001 24.627 53.344 24.418 53.111 8.504 14.565 8.504 14.565 8.504 14.565 12.978 10.920 12.257 10.370 721 550 780 25 776 19 4 6 26 5 0 0



Demonstrações Contábeis – Plano Epamig FlexCeres

Demonstração do Ativo Líquido - DAL - Plano Epamig FlexCeres

	R\$ Mil			
Descrição	Exercício	Exercício	Variação	
	2021	2020	(%)	
1. Ativos	66.613	64.758	2,86%	
Disponível	19	7	163,62%	
Recebível	656	596	10,10%	
Investimentos	65.938	63.790	3,37%	
Títulos Públicos	10.620	0	0,00%	
Fundos de Investimentos	53.007	63.075	-15,96%	
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00%	
Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	2.311	715	223,27%	
Depósitos Judiciais / Recursais	0	0	0,00%	
2. Obrigações	237	258	-7,95%	
Operacional	237	258	-7,95%	
Contingencial	0	0	0,00%	
3. Fundos Não Previdenciais	457	437	4,52%	
Fundos Administrativos	385	365	5,40%	
Fundos dos Investimentos	72	72	0,06%	
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00%	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	65.919	64.063	2,90%	
Provisões Matemáticas	66.602	62.504	6,56%	
Superávit/Déficit Técnico	(1.957)	(906)	115,99%	
Fundos Previdenciais	1.273	2.464	0,00%	
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	(1.649)	(598)	175,62%	
a) Equilíbrio Técnico	(1.957)	(906)	115,99%	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	308	308	0,00%	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(1.649)	(598)	175,62%	



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL - Plano Epamig FlexCeres

R\$	١		

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
A) Ativo Líquido - Início do Exercício	64.062	57.583	11,25%
1. Adições	3.740	8.180	-54,28%
(+) Contribuições Previdenciais	3.713	3.740	-0,72%
(+) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	4.440	-100,00%
(+) Outras Adições	27	0	100,00%
2. Destinações	1.884	1.700	10,85%
(-) Benefícios	1.487	1.518	-2,04%
(-) Resgate	46	0	100,00%
(-) Portabilidade	39	0	100,00%
(-) Resultado dos Investimentos - Gestão Previdencial	126	0	100,00%
(-) Custeio Administrativo	181	181	-0,44%
(-) Outras Destinações	6	0	100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1-2)	1.856	6.480	-71,36%
(+/-) Provisões Matemáticas	4.098	7.247	-43,46%
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.191	639	-286,44%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-1.051	-1.406	-25,25%
4.Operações Transitórias	0	0	0,00%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	65.918	64.062	2,90%
C) Fundos Não Previdenciais	385	437	-12,00%
(+/-) Fundos Administrativos	0	365	-100,00%
(+/-) Fundos Investimentos	385	72	432,90%

Demonstração das Provisões Técnicas - DPT - Plano Epamig FlexCeres

R\$ Mil

Descrição	Exercício 2021	Exercício 2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	66.228	57.901	14,4%
1. Provisões Matemáticas	66.602	55.257	20,5%
1.1. Benefícios concedidos	20.571	7.757	165,2%
Benefício definido	20.571	7.757	165,2%
1.2. Benefício a conceder	46.031	47.501	-3,1%
Contribuição definida	46.031	47.501	-3,1%
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)	20.799	20.949	-0,7%
Saldo de contas - parcela participantes	25.232	26.551	-5,0%
2. Equilíbrio Técnico	(1.957)	500	-491,5%
2.1. Resultados realizados	(1.957)	500	-491,5%
Superávit técnico acumulado	0	500	-100,0%
Reserva de contingência	0	500	-100,0%
3. Fundos	1.346	1.893	-28,9%
3.1. Fundos previdenciais	1.273	1.825	-30,2%
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	72	68	6,8%
4. Exigível Operacional	237	250	-5,1%
4.1. Gestão previdencial	234	249	-6,2%
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	4	1	189,7%



ANEXO 4 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Moore VR Auditores e Consultores S/S SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907 Edificio João Carlos Saad Brasilta/DF - CEP 70070-120 Tel.: 55 (61) 3223 6098

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretoria Executiva, Patrocinadores, Participantes e Assistidos da CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Brasília – DF

Opinião:

Examinamos as demonstrações contábeis CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL ("CERES"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela CERES) em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Equilíbrio econômico e financeiro do Plano Embrater BD

Conforme mencionado na nota explicativas nº 21, o plano de benefícios Embrater BD encontra-se desequilibrado atuarialmente em função da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A administração da CERES está adotando medidas na tentativa de reequilibrar o referido plano por meio do recebimento da dívida junto à União Federal. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.





Moore VR Auditores e Consultores S/S SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907 Edificio João Carlos Saad Brasilia/DF - CEP 70070-120 Tel.: 55 (61) 3223 6098

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Diretoria Executiva da CERES é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria Executiva é a responsável pela avaliação da capacidade de a CERES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CERES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CERES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CERES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.





Moore VR Auditores e Consultores S/S SBS, Qd.02, Bloco Q, Salas 905 e 907 Edificio João Carlos Saad Brasilia/DF - CEP 70070-120 Tel.: 55 (61) 3223 6098

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração da CERES, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CERES. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CERES a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 17 de março de 2022.

MOORE VR AUDITORES E CONSULTORES S/S CRC DF 002962/F CVM 12807

Digitally signed by RICARDO DE ALBUQUERQUE CAVALCANT:90785444149 DN: cmBR, ouiCP-Brasil, ouinSecretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ouinFB e-CPF A3, ouinEM BRANCO, ouin24732124000120, ouinPRESENCIAL, cmilRCARDO DE ALBUQUERQUE CAVALCANTI:90785444149

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti Contador CRC DF 018838/O-0 CNAI 2563



ANEXO 5 - PARECER DO CONSELHO FISCAL

V - PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao artigo 65 do estatuto da Ceres e à letra "j" do item 17, às Normas Gerais, a Resolução MPS/CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, e a Instrução Normativa SPC nº 31 de 20 de agosto de 2020 e alterações, com base nas informações recebidas da Administração da Ceres, nas Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, nos Pareceres Atuariais e do Parecer dos Auditores Independentes, conforme Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TA nº 700 – "Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis", que encaminhará Parecer definitivo após aprovação do Conselho Deliberativo; bem como nas análises efetuadas pelos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal; este Conselho apresenta a seguir o seu Parecer, incluindo fatos relevantes que ensejam a conclusão final sobre as Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2021.

Ante o exposto no presente Relatório, chegamos às seguintes conclusões:

- a) Os Demonstrativos Contábeis compreendidos por Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Mutação do Patrimônio Social (DMPS), Demonstração do Ativo Líquido (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL), Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT), derivada dos resultados patrimoniais e econômicos dos planos de benefícios, estão de acordo com o exigido pela legislação;
- b) As Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis de 2021, atendem às regras e procedimentos contábeis, conforme definidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade, estando, portanto, alinhadas ao disposto na Instrução Normativa PREVIC Nº 31/2020, conforme evidenciado no Parecer de Auditoria Independente MOORE VR Auditores e Consultores S/S de 11 de março de 2021;
- c) Em relação ao Parecer dos Auditores Independentes, temos que o documento não apresentou ressalva, conforme segue:
 - i. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da CERES – FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Base para opinião:

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CERES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.



Outros assuntos: Equilíbrio econômico e financeiro do Plano Embrater BD

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, o plano de beneficios Embrater BD encontra-se desequilibrado atuarialmente em função da extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). A administração da CERES está adotando medidas na tentativa de reequilibrar o referido plano por meio do recebimento da dívida junto à União Federal. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

d) Quanto aos Pareceres Atuariais, emitidos pela Assessoria Atuarial Vesting, assinados pelo responsável Técnico pelos planos, o Atuário Antônio Mário Rattes de Oliveira, MIBA 1.162, entendemos que estes estão em conformidade com o que estabelecem a resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 30, de 10 de outubro de 2018, que estabelece as bases técnicas para a estruturação de planos de benefícios e a Instrução nº 20 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, de 16 de dezembro de 2019, e suas alterações, que normatiza as demonstrações atuariais dos planos de beneficios.

Com base nas Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas, Pareceres Atuariais e Parecer dos Auditores Independentes, bem como, as análises feitas nas reuniões durante o exercício correspondente e devidamente registradas em Atas, este Conselho Fiscal RESOLVE indicar pela aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Financeiro de 2021 pelo Conselho Deliberativo.

Este é o nosso Parecer.

Brasilia/DF, 18 de março de 2022.

EMIDIO CASAGRANDE:23547 CASAGRANDE:23547308968 Dados: 2022.03.21 08.42.50 -03'00' 308968

Assinado de forma digital por

Emidio Casagrande

Presidente do Conselho Fiscal Representante dos Participantes e Assistidos da **EMBRAPA**

CLAUDIO **AUGUSTO** BORTOLINI: 73123161900 Des 2002.03.21 00

Cláudio Augusto Bortolini

Membro Titular do Conselho Fiscal Representante da Patrocinadora **EMATER MG**

JOSE EDEN DE MEDEIROS: 12994693453 José Eden de Medeiros

Membro Titular do Conselho Fiscal Representante da Patrocinadora **EMBRAPA**

JONAS PEREIRA DO ESPIRITO SANTO: 00599446927

Jonas Pereira do Espirito Santo

Membro Titular do Conselho Fiscal Representante dos Participantes e Assistidos da **FPAGRI**



ANEXO 6 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



TERMO DE APROVAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da CERES - Fundação de Seguridade Social, reunido em sua 253ª Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de março de 2022, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Contábeis da Fundação, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, a Demonstração do Ativo Liquido por plano de beneficios, a Demonstração da Mutação do Ativo Liquido por plano de benefícios e a Demonstração das Provisões Técnicas do plano de benefícios, complementadas pelas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e com base, ainda, no Relatório da Auditoria Independente -Moore VR Auditores e Consultores S/S, nos Pareceres do Atuário - Atuarial Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda - Vesting, relativos a cada Plano de Benefícios e do Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, as referidas demonstrações contábeis, nos termos constantes dos referidos pareceres.

Brasília, 30 de março de 2022.

BRUNO DOS SANTOS
Assinado de forma digital por BRUNO DOS SANTOS ALVES FIGUEIREDO BRASIL 05955248692 BRASIL:05955248692 -03'00' Cados: 2022.03.30 15:29:46

Bruno dos Santos Alves Figueiredo Brasil

URSULA MARIA LUDWIG
MORAES:52601684968
MORAES:52601684968
Dados: 2022.03.3015:57:28-03'00'

Úrsula Maria Ludwig Moraes

RAIMUNDO ALVES DE ARAUJO:02328780130

Raimundo Alves de Araújo

RAIMUNDO ... RRAGA

Raimundo Braga Sobrinho

WALTER DINIZ GUSMAO
MACHADO:03244392610
MACHADO:03244392610
Dados: 2022.03.30 15:48:52 -03'00'

Walter Diniz Gusmão Machado

MARIA DO SOCORRO BARBOSA Assinado de forma digital por IMAR GUEDES-21035229315 Dados: 267263.0 2010.01.40900

Maria do Socorro Barbosa Guedes

Ceres - Fundação de Seguridade Social

SHCN-CL 202 BLC Brasilia/DF CEP 70832-535 CNPJ: 00.532.804/0001-31 Fone: (61) 2106 0200 Fax: (61) 2106 0267 E-mail: atende@ceres.org.br Atendimento ao Participante: 0800 979 2005 Site: www.ceres.org.br



ANEXO 7 - PARECERES ATUARIAIS

O Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e o plano de custeio do plano de benefícios.

Esse documento é elaborado pelo Atuário Responsável pelos planos de benefícios.

Os Pareceres de cada plano estão disponíveis a seguir.



PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO EPAMIG BÁSICO



Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Básico, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na database de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2021, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção das hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da taxa anual de juros que passou de 5,05% para 4,91%, da tábua de mortalidade geral que passou de AT-83 M para AT-83 M&F e da adoção integral do cadastro real de beneficiários para o cálculo da reversão em pensão dos aposentados..

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Variação no resultado* atuarial e causas mais prováveis.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epamig Básico é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio de Contrato, cuja contribuição mensal para 2022 será no mínimo de R\$ 163.737, sendo uma contribuição extraordinária R\$ 151.703 para amortizar o saldo do saldamento e uma contribuição normal de R\$ 12.034 para custear o custo administrativo.



Plano de custeio para 2022

O custeio patronal será feito através de contrato de saldamento firmado entre a entidade e a patrocinadora do plano, cujo objetivo foi assegurar os recursos necessários ao pagamento dos benefícios dos assistidos. Os prazos para a amortização do contrato de saldamento foram definidos em conformidade com determinações estabelecidas pela Resolução nº 18, de 28/03/2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC.

Na data desta reavaliação, o prazo residual do contrato de saldamento era de 36 (trinta e seis) meses. O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, estando previsto um da contribuição mensal a partir de 1º de abril de 2022 no valor linear mínimo de R\$ 163.737 de forma a manter a solvência e o equilíbrio atuarial do plano sendo suficiente para amortizar o saldo de R\$ 5.076.666, registrada em 31/12/2021.

Além das receitas de saldamento, o custeio do plano se dará pelo aporte mensal de contribuições dos participantes assistidos. Os assistidos com Data de Início de Benefício após 20/12/2002 e os aposentados que recebem abono de aposentadoria contribuem com 8,39% das respectivas suplementações, sendo que essa taxa é composta por 8% de contribuição normal e 0,39% de contribuição extraordinária implementada em período anterior ao saldamento do plano, e a taxa de contribuição dos demais assistidos é de 0,39% da suplementação.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 1.708,03 referente à contribuição desse grupo, e são 12 as parcelas do custeio administrativo mensal patronal de R\$12.034,05.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º., § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig Básico, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.



Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, um déficit atuarial de R\$ 450.528, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

- Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo 4) x Provisão Matemática.
- § 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.
- § 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.
- § 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.
- § 4º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.
- § 5º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.
- § 6º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à "média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios". O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021 encontrou-se uma duração igual a 7,81 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 840.679.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 450.528 e que apurouse um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 623.422 obteve-se Resultado Técnico Ajustado



Positivo de R\$ 172.895, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento.

Em janeiro de 2008 foram implantados o Plano de Contribuição Variável e o Plano Saldado, tendo como consequência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Epamig Básico passou a ser composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, tendo suas provisões escrituradas apenas nas contas de benefícios concedidos. Conforme a avaliação atuarial de 31/12/2021, as provisões matemáticas desse plano alcançaram o montante de R\$ 22.073.164, distribuídas conforme a tabela no. 01.

TABELA Nº 01 - SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAMIG BÁSICO

- VALOR EM R\$

Rubrica	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	15.808.705	21.622.636	36,78%
Provisões Matemáticas	15.428.102	22.073.164	43,07%
Benefícios Concedidos	21.252.878	187.850.909	
Benefícios a Conceder	21.252.878	22.073.164	
Provisão Matemática a Constituir	-5.824.776		
Resultados Realizados	380.603	-450.528	-218,37%
Ajuste de Precificação	598.017	623.423	4,25%
Resultado Ajustado (1)	978.620	172.895	-82,33%

Obs.: O valor da Provisão Matemática a Constituir, a partir de 2021, foi reclassificado do Passivo para o Ativo.

(1) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de 13,34% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 15,72%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -2,06% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada, foi a rentabilidade patrimonial, além da redução da taxa de juros e da alteração na tábua de mortalidade geral, apesar de algumas alterações cadastrais relacionadas à morte de aposentados sem geração da pensão, devido à ausência de



beneficiários. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, dentre outras. A análise das perdas e ganhos atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 -PERDAS E GANHOS - 31/12/2021 - R\$ MILHÕES

ltem	Efe	itos das muda	das mudanças nas hipóteses atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu		
	Taxa de Juros	Tábuas Biométricas	Fator de Capacidade	Crescimento Salarial	Família Média e Real	Rentabilidade	Biométricos e Financeiros		
Ganho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1,14	R\$ 1,29	
Perda	-R\$ 0,23	-R\$ 0,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 0,31	-R\$ 0,64	R\$ 0,00	-R\$ 1,54	
Total	-R\$ 0,23	-R\$ 0,37	R\$ 0,15	R\$ 0,00	-R\$ 0,31	-R\$ 0,64	R\$ 1,14	-R\$ 0,25	

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um déficit acumulado, em 31/12/2021, tendo revertido a situação de superávit acumulado registrada em 2020, e na nossa opinião a natureza do déficit acumulado é conjuntural. O surgimento do déficit em 2021 foi devido à perda atuarial no ano, motivada, principalmente, pelo desempenho aquém do esperado da rentabilidade patrimonial, além da redução da taxa de juros e alteração na tábua de mortalidade geral, apesar de alterações cadastrais relacionadas às mortes de aposentados que não geraram pensão, por ausência de beneficiários.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 - BALANÇO ATUARIAL - PLANO EPAMIG BÁSICO

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	21.622.636	Benefícios Futuros	22.073.164
Contribuições Futuras	0	Benefícios Concedidos	22.073.164
Contribuição Normal	0	Benefícios a Conceder	0
Contribuição Extraordinária	0	Resultados Realizados	-450.528
Total	21.622.636	Total	21.622.636

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação atuarial não existiam fundos previdenciais no plano sob análise.



Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, tornase imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília - DF, 24 de fevereiro de 2022.

Braşília - DF, 24 de fevereiro de 2022.

Autuilfaulatle de Clivin Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162

ANTONIO Assinado digitalmente por ANTONIO ANTONIO MARIO RATTES DE OLIVEIRA: 2594506834 Data: 2022.02.24 11:30:37-03'00'



PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO EPAMIG-FLEXCERES



Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig-FlexCeres, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2021, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção de todas as hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da atualização da família média de pensão referente aos beneficiários dos participantes e da adoção integral do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão..

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Variação no resultado* atuarial e causas mais prováveis.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de contribuição variável, tendo benefícios programados estruturados como contribuição definida e benefícios de risco estruturados na modalidade de benefício definido. Além disso, após a concessão dos benefícios as rendas são pagas de forma vitalícia e têm os seus valores reajustados pelo INPC.

No plano Epamig-FlexCeres estão os participantes que migraram para o Plano Epamig Saldado e os empregados que não faziam parte do antigo plano de benefício definido.

Os benefícios dos migrantes foram calculados de forma a serem suplementares aos valores garantidos no Plano Epamig Saldado e, caso as premissas utilizadas na avaliação inicial do plano se confirmem

Plano Epamig Saldado 70/



na prática, deverão alcançar benefícios semelhantes àqueles que tinham no plano de benefício definido.

Os custos dos benefícios de risco e o custo administrativo calculados nesta reavaliação estão apresentados na tabela nº 01.

TABELA Nº 01 - CUSTOS EM 31/12/2021

Tipo de Custo	Taxas Médias
Benefícios de risco	1,06%
Patrocinadora	0,53%
Participante	0,53%
Administrativo	0,00%
Patrocinadora	0,00%
Participante	0,00%
Total	1,06%
Patrocinadora	0,53%
Participante	0,53%

Os custos dos benefícios de risco e administrativo do plano Epamig-FlexCeres representavam, na data desta avaliação atuarial, 1,06% dos salários-de-participação, observando-se uma redução em relação ao custo registrado na avaliação de 31/12/2020, cujo percentual foi igual a 1,58%%. A redução do custo total decorre da transferência do custo administrativo previdencial para o custo administrativo de investimentos e da redução dos custos dos benefícios de risco devido à diminuição , de uma forma geral, das metas dos benefícios.

Plano de custeio para 2022

O plano de custeio para 2022 será composto conforme apresentado na tabela nº 02, sendo as taxas de contribuição aplicadas sobre os salários-de-participação. As contribuições para os benefícios programados apresentadas na citada tabela correspondem às médias observadas em 31/12/2021 e podem sofrer modificações ao longo do exercício em função de mudanças nas alíquotas de contribuição solicitadas pelos participantes do plano.

O custeio dos benefícios de risco para 2022 será de 1,06%, igual ao custo dos benefícios de risco apurado em 31/12/2021 de 1,06%. Já o custeio administrativo para 2022 será igual a 0,00%, pois não há custo administrativo previdencial identificado em 31/12/2021.

TABELA Nº 02 - PLANO DE CUSTEIO PARA 2022

Tipo de Custeio	Taxas Médias
Benefícios programados	9,46%
Patrocinadora	4,17%
Participante	5,29%
Benefícios de risco	1,06%
Patrocinadora	0,53%
Participante	0,53%
Administrativo	0,00%
Patrocinadora	0,00%
Participante	0,00%
Total	10,52%
Patrocinadora	4,70%
Participante	5,82%



O plano de custeio prevê, ainda, contribuições dos assistidos que incidem sobre os respectivos benefícios, para custeio administrativo, cujo percentual é de 0,00%.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º., § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig-FlexCeres, por se tratar de um plano constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios, colaborando na mitigação desses riscos de uma forma geral.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, um déficit atuarial de R\$ 1.956.852, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.

- Art. 29 Observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial acerca das causas do déficit técnico, deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo 4) x Provisão Matemática.
- § 1º Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.
- § 2º O plano de equacionamento deverá contemplar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite de déficit, não podendo ser inferior a 1% (um por cento) das provisões matemáticas.
- § 3º Na hipótese de estarem em curso, simultaneamente, 3 (três) planos de equacionamento ou mais, e enquanto perdurar esta condição, os novos planos de equacionamento não poderão contemplar resultados inferiores a 2% (dois por cento) das provisões matemáticas.



- § 4º Remanescendo déficit a equacionar de responsabilidade do patrocinador em situações de duração do passivo igual ou inferior a quatro anos, a EFPC deverá apresentar à Previc instrumento contratual reconhecido em cartório com garantia real e em valor no mínimo equivalente ao respectivo déficit remanescente no plano de benefícios.
- § 5º A garantia de que trata o parágrafo anterior poderá ser representada por hipoteca, caução, fiança bancária ou outras garantias que resultem na cobertura total do débito contratado.
- § 6º O plano de equacionamento de déficit aprovado deverá ser disponibilizado aos participantes, assistidos e patrocinadores e à Previc

Deve-se considerar, ainda, que conforme o art. 30, da citada Resolução, o déficit atuarial deverá ser ajustado pelo valor do ajuste de precificação dos ativos do plano de benefícios, para efeito de equacionamento.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à "média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios". O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2020 encontrou-se uma duração igual a 12,02 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 29, acima comentado, resulta em um Limite de Déficit Técnico Acumulado de R\$ 1.649.246.

Considerando-se que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado de R\$ 1.956.852e que apurou-se um valor positivo de ajuste de precificação de R\$ 307.606, obteve-se Resultado Técnico Ajustado negativo em R\$ 1.649.246, indicando não haver obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

A tabela a seguir demonstra os valores e a variação das provisões matemáticas do plano Epamig-FlexCeres de 31/12/2020 e 31/12/2021:

TABELA Nº 03 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS EPAMIG – FLEXCERES – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2020	31/12/2021	Variação
Patrimônio de Cobertura do Plano	61.598.447	64.645.091	4,95%
Provisões Matemáticas	62.504.435	66.601.943	6,56%
Benefícios Concedidos	18.608.584	20.570.834	
Benefícios a Conceder – Risco	0	0	
Benefícios Futuros	1.259.442	1.166.350	
Contribuições Futuras	-1.259.442	-1.166.350	
Saldo de Contas dos Benef. Prog.	43.895.851	46.031.109	
Resultados Realizados	-905.988	-1.956.852	
Ajuste de Precificação	383.152	307.606	-19,72%
Resultado Ajustado ⁽¹⁾	-522.836	-1.649.246	215,44%



(2) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado positivo não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de 0,80% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 15,33%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -12,59% no período.

De uma forma geral, as provisões matemáticas aumentaram em função das alterações cadastrais observadas no período entre as duas avaliações atuariais, em especial pelas variações salariais ocorridas, modificação de metas de benefícios, alteração de hipóteses e acumulação nas contas individuais da parcela de contribuição definida do plano. A provisão matemática de benefícios concedidos aumentou em função da concessão de novos benefícios no período e a ocorrência de provisão matemática de benefícios a conceder nula é decorrente da alteração regulamentar na forma de cálculo dos benefícios de risco, que passaram a ter os seus valores limitados à meta do benefício programado, reduzindo o valor presente dos benefícios futuros e a necessidade de contribuições futuras para o financiamento desses benefícios.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada no ano, foi o desempenho da rentabilidade patrimonial aquém do esperado. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, constituição e reversão de fundos e, também, outras provisões.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

Item		Efeitos das mu	ıdanças nas I	nipóteses atuar	iais	Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu		Total
	Taxa de Juros	Tábuas Biométricas	Fator de Capacidade	Crescimento Salarial	Família Média e Real	Rentabilidade	Biométricos e Financeiros	
Ganho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,29	R\$ 0,43
Perda	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 0,05	-R\$ 2,51	R\$ 0,00	-R\$ 2,56
Total	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,14	R\$ 0,00	-R\$ 0,05	-R\$ 2,51	R\$ 0,29	-R\$ 2,13

TABELA Nº 04 -PERDAS E GANHOS - 31/12/2021 - R\$ MI

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um resultado deficitário acumulado, em 31/12/2021, tendo um déficit no exercício de 2021, e na nossa opinião a natureza do resultado acumulado é conjuntural. O resultado deficitário no ano de 2021 foi devido principalmente pelo desempenho da rentabilidade patrimonial



aquém do esperado, apesar do ajuste na base de dados do cálculo da reversão em pensão dos aposentados.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 05-BALANÇO ATUARIAL - PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Ativo		Passivo	
Patrimônio de Cobertura do Plano	64.645.091	Benefícios Futuros	67.768.293
Contribuições Futuras	1.166.350	Benefícios Concedidos	20.570.834
Contribuição Normal	1.166.350	Benefícios a Conceder	47.197.459
Contribuição Extraordinária	0	Resultados Realizados	-1.956.852
Total	65.811.441	Total	65.811.441

Fundos previdenciais

Em 31/12/2021, o plano de benefícios apresentava os seguintes saldos de fundos previdenciais.

TABELA Nº 06 - FUNDOS PREVIDENCIAIS - PLANO EPAMIG-FLEXCERES

Discriminação	2020	2021	Variação
Fundos Previdenciais	2.464.165	1.273.447	-48,32%
Fundo Coletivo de Desligamento	872.311	0	-100,00%
Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios	1.591.854	1.273.447	-20,00%
Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões	-	-	

Além do processo habitual de atualização, constituição e reversão mensal dos fundos previdenciais, ocorrido ao longo do ano de 2021, de acordo com a metodologia de manutenção desses fundos, em 31/12/2021 ocorreu uma reversão específica do Fundo de Riscos – Invalidez e Pensões, no montante de R\$ 133.684, do Fundo de Desligamento, no montante de R\$ 921.626, e do Fundo de Riscos – Auxílios e Pecúlios, no montante de R\$ 470.444, para evitar a necessidade de equacionamento do déficit atuarial.

A constituição e finalidade do Fundo Coletivo de Desligamento estão previstas no regulamento do plano de benefícios, e a constituição dos Fundos de Riscos foi feita com base em contribuições regulamentares excedentes com a finalidade de cobertura de oscilações dos benefícios de risco, porém os fundos previdenciais, de uma forma geral, têm por finalidade precípua a garantia da solvência financeira e atuarial do plano de benefícios.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, tornase imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação



atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília - DF, 26 de fevereiro de 2022.

Braşília – DF, 24 de fevereiro de 2022.

Autonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162

ANTONIO Assinado digitalmente por ANTONIO ANTONIO EN CATTES DE MARIO RATTES DE OLIVEIRA: 25945068349 Dala: 2022.02.24 11:30:37-03'00'



]

]PARECER SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA FUNDAÇÃO CERES

EPAMIG

POSIÇÃO EM 31/12/2021

PLANO EPAMIG SALDADO



Comentários iniciais

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial do Plano Epamig Saldado, administrado pela Ceres – Fundação de Seguridade Social, elaborada na data-base de 31/12/2021.

Nossa avaliação tomou por base as normas regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às EFPC, todos em vigor na database da avaliação atuarial, especialmente a Resolução CPNC nº 30/2018, que trata, dentre outros, da apuração de resultados atuariais, e a Instrução PREVIC nº 33/2020, que normatiza a referida resolução.

Método de financiamento, premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial

As premissas, hipóteses e demais parâmetros utilizados na avaliação atuarial foram definidos em conjunto com a Ceres, tendo sido mantidos o método atuarial e regimes financeiros utilizados na avaliação de 31/12/2020, conforme constam na nota técnica atuarial e nas demonstrações atuariais encaminhadas à PREVIC.

Quanto as hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial anual de 2020, foram definidas com base no estudo de adequação, concluindo-se pela manutenção das hipóteses utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, com exceção do fator de capacidade que passou de 0,98548973 para a 0,97866021, da taxa anual de juros que passou de 4,74% para 4,53%, da atualização da família média referente aos beneficiários dos participantes e da adoção integral do cadastro real dos beneficiários dos aposentados para o cálculo da reversão em pensão..

O impacto atuarial decorrente da alteração acima está apresentado na seção *Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis*.

Qualidade da base cadastral utilizada

Os cálculos foram efetuados com base nos dados cadastrais posicionados em outubro de 2021 e em metodologia e critérios aceitos internacionalmente, cujo detalhamento encontra-se descrito em Nota Técnica Atuarial - NTA.

Nossa opinião é que o cadastro utilizado nesta reavaliação atuarial está apto a ser utilizado para o cálculo das obrigações atuariais do plano de benefícios.

Custos dos benefícios do plano e comparação com os custos do exercício anterior

O plano Epamig Saldado é um plano saldado, onde não há mais acumulação de provisões matemáticas e, portanto, não há necessidade de cálculo dos custos do plano.

O plano de benefícios apresenta apenas um plano de custeio.

No caso da patrocinadora, há a obrigação de pagamento de um fluxo de Saldamento, respaldado por meio do regulamento, cuja contribuição mensal para 2022 será no mínimo de R\$ 29.733, referente ao custo administrativo.



Plano de custeio para 2022

O custeio da provisão matemática a constituir é de responsabilidade da patrocinadora, sendo que o saldo dessa provisão na data de referência desta avaliação é nulo.

Em 31/12/2021, o prazo restante de vigência da contribuição extraordinária de responsabilidade da patrocinadora era de 12 (doze) meses.

Os assistidos contribuirão com uma alíquota de 8,00% incidente sobre os respectivos benefícios e não estão previstas contribuições para os participantes ativos.

O custeio administrativo do plano, responsável pela cobertura da despesa administrativa, deve ser rateado entre patrocinador, participantes e assistidos, conforme disposto no artigo 7º da Lei Complementar nº 108/2001.

Conforme citado anteriormente, a contribuição normal dos assistidos é de 8,00% sobre os benefícios, sendo que são 13 as parcelas do custeio administrativo mensal de R\$ 2.963,78 referente à contribuição desse grupo.

O custeio administrativo mensal patronal são 13 parcelas de R\$ 29.733,33, equivalente à uma taxa de custeio de 2,01%, incidente os salários de participação, e o custeio administrativo mensal dos participantes são 13 parcelas de R\$ 5.680,97, equivalente a uma taxa de custeio de 0,38%, incidente sobre os salários de participação.

O plano de custeio entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2022, tendo como base a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019, que estabelece em seu art. 6º., § 2º, que o plano de custeio da avaliação atuarial de encerramento de exercício deve entrar em vigor até o dia 1º abril do exercício seguinte ao de referência da respectiva avaliação atuarial.

Principais riscos atuariais aos quais o grupo de custeio está exposto e sugestões para mitigação

O plano Epamig Saldado, por se tratar de um plano constituído na modalidade de benefício definido, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas, que são recalculadas mensalmente em bases atuariais, e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

As hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, com manifestação favorável do Conselho Fiscal, e fundamentadas por estudo específico de acordo com o previsto na Instrução PREVIC nº 33/2020, o qual encontra-se arquivado na Fundação.

Solução para restabelecer a suficiência de cobertura do grupo de custeio

O plano apresentou, em 31/12/2021, um superávit atuarial de R\$ 8.503.822, ao qual se aplicam os termos determinados na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, abaixo transcrito.



Art. 15 O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput, serão consideradas as provisões matemáticas atribuíveis aos benefícios cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como àqueles que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

A duração do passivo do plano foi calculada nos termos que preconiza a referida Resolução, a qual estabelece que a duração do passivo corresponde à "média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de cada plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios". O cálculo da duração do passivo foi efetuado utilizando-se o sistema Venturo, desenvolvido e disponibilizado pela Previc. Como resultado do cálculo da duração do passivo relativa aos fluxos da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021 encontrou-se uma duração igual a 11,37 anos, cuja aplicação na fórmula de solvência estabelecida no art. 15, acima comentado, resulta em um Limite da Reserva de Contingência de R\$ 17.399.556.

Portanto, o superávit registrado nesta reavaliação atuarial será destinado integralmente à constituição de Reserva de Contingência, ressaltando-se que esse plano tem um fundo de revisão de plano, constituído anteriormente, no valor total de R\$ 12.256.727, cujo processo de destinação ao patrocinador, participantes e assistidos está em avaliação pela Previc.

Variação no resultado atuarial e causas mais prováveis

O plano sob análise foi estruturado na modalidade de benefício definido, tendo por objetivo oferecer aos seus participantes e dependentes os benefícios previdenciários previstos em regulamento, os quais foram calculados de forma proporcional ao direito acumulado de cada participante na data do saldamento do plano.

Em janeiro de 2008 foram implantados o Plano Epamig-FlexCeres e o Plano Epamig Saldado, tendo como conseqüência a migração dos participantes ativos e seus dependentes para o Plano Saldado e correspondente inscrição desses participantes no Plano de Contribuição Variável, permanecendo no Plano Básico somente os assistidos. Em função desta mudança, parte do patrimônio foi transferida para o Plano Saldado e parte ficou no Plano Básico.

Assim, o Plano Epamig Básico passou a ser composto apenas dos atuais aposentados e pensionistas, enquanto os atuais ativos passaram a compor o Plano Epamig Saldado, cujas provisões matemáticas estão apresentadas na tabela no. 01.



TABELA Nº 01 – SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS – PLANO EPAMIG SALDADO – VALORES EM R\$

Rubrica	31/12/2020	31/12/2021	Variação	
Patrimônio de Cobertura do Plano	87.636.373	89.925.823	2,61%	
Provisões Matemáticas	73.551.629	81.422.001	10,70%	
Benefícios Concedidos	50.847.546	56.794.529		
Benefícios a Conceder	22.704.083	24.627.472		
Provisão Matemática a Constituir	0	0		
Resultados Realizados	14.084.744	8.503.822	-39,62%	
Ajuste de Precificação	6.758.970	8.465.200	25,24%	
Resultado Ajustado (1)	20.843.714	16.969.022	-18,59%	

(3) Conforme estabelece a legislação em vigor, o resultado ajustado não pode ser utilizado para fins de utilização de superávit.

A rentabilidade dos investimentos do plano de benefícios, no exercício de 2021 foi de 8,54% em termos nominais. Comparando-se a rentabilidade nominal obtida com a meta mínima atuarial de 15,38%, verifica-se que a rentabilidade patrimonial líquida se situou abaixo da meta mínima atuarial, observando-se uma rentabilidade líquida, descontada a meta mínima atuarial, de -5,93% no período.

Como forma de auxiliar na análise das causas que contribuíram para o resultado do plano em 2021, estão apresentados a seguir as perdas e ganhos decorrentes de alteração na premissa atuarial e dos desvios entre os montantes esperados e efetivos de provisão matemática e de rentabilidades patrimoniais. A análise da tabela permite identificar a representatividade de cada perda ou ganho e sua origem. A principal causa, da perda atuarial identificada, foi a rentabilidade patrimonial, além da redução da taxa de juros, tendo como contrapartida a adoção integral do cadastro real dos beneficiários para o cálculo da reversão em pensão dos aposentados. Porém, não esgota todas as causas que contribuem para o resultado atuarial, uma vez que outros fatores não atuariais podem contribuir para a formação do resultado, como por exemplo: alterações nas regras de cálculo dos benefícios, despesas e receitas do plano no exercício, dentre outras.

A análise das perdas e ganhos atuariais e não atuariais, na posição de 31/12/2021, teve como resultado os seguintes montantes apresentados na tabela a seguir.

TABELA Nº 02 - PERDAS e GANHOS - 31/12/2021 - R\$ MILHÕES

Item	Efeitos das mudanças nas hipóteses atuariais				Diferença positiva ou negativa entre as hipóteses e o que efetivamente ocorreu		Total	
	Taxa de Juros	Tábuas Biométricas	Fator de Capacidade	Crescimento Salarial	Família Média e Real	Rentabilidade	Biométricos e Financeiros	
Ganho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,57	R\$ 0,00	R\$ 0,71	R\$ 0,00	R\$ 0,65	R\$ 1,93
Perda	-R\$ 1,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 5,41	R\$ 0,00	-R\$ 7,24
Total	-R\$ 1,83	R\$ 0,00	R\$ 0,57	R\$ 0,00	R\$ 0,71	-R\$ 5,41	R\$ 0,65	-R\$ 5,31

Resultado atuarial de 31/12/2021 e sua natureza

O plano de benefícios apresentou um superávit acumulado, em 31/12/2021, tendo redução no exercício de 2021, e na nossa opinião a natureza do superávit acumulado é



conjuntural. A redução do superávit em 2021 foi devida, principalmente, ao desempenho da rentabilidade patrimonial aquém do esperado.

A tabela seguinte mostra o balanço atuarial do plano de benefícios, onde se observam as contas de ativo compostas pelo patrimônio de cobertura do plano e contribuições futuras, bem como as contas de passivo, representadas pelos benefícios futuros.

TABELA Nº 03 - BALANÇO ATUARIAL -PLANO EPAMIG SALDADO

Ativo	Passivo		
Patrimônio de Cobertura do Plano	89.925.823	Benefícios Futuros	81.422.001
Contribuições Futuras	0	Benefícios Concedidos	56.794.529
Contribuição Normal	0	Benefícios a Conceder	24.627.472
Contribuição Extraordinária	0	Resultados Realizados	8.503.822
Total	89.925.823	Total	89.925.823

Fundos previdenciais

Na data desta reavaliação não existiam fundos previdenciais vinculados ao plano.

Comentários finais

Relembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Este é o nosso parecer.

Brasília - DF, 24 de fevereiro de 2022.

Braşília - DF, 24 de fevereiro de 2022.

Paul sette de clivie

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162

ANTONIO Assinado digitalmente por ANTONIO ANTONIO E OLIVEIRA: DE OLIVE 18A: 2594506834 Daia: 2022.02.24 11:30:37-03'00'